

# **História do Brasil 3**

## **Brasil República I**



**Pré-Vestibular**  
**Teoria e Exercícios Propostos**





## Capítulo 01. A República da Espada

1. O Governo Provisório (1889-1891) .....	9
1.1. O Encilhamento .....	10
1.2. A Constituição de 1891 .....	10
2. Marechal Deodoro da Fonseca (1891) .....	11
3. Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) .....	12
3.1. A Revolta da Armada e a Revolta Federalista .....	12
3.2. O Florianismo .....	14

## Capítulo 02. A República Oligárquica

1. Prudente de Moraes .....	16
1.1. Canudos (1896-1897) .....	17
1.2. O atentado e o fim do Florianismo .....	19
2. Campos Sales .....	20
2.1. O <i>Funding-loan</i> .....	21
2.2. A Política dos Governadores .....	23
2.3. Os Felizes e os Infelizes .....	23
3. Rodrigues Alves .....	24
3.1. Urbanização e Saneamento .....	26
3.2. A Revolta da Vacina .....	27
3.3. O Convênio de Taubaté .....	28
4. Afonso Pena e Nilo Peçanha .....	30
4.1. Afonso Pena .....	30
4.2. A Imigração .....	31
4.3. A Águia de Haia .....	31
4.4. Nilo Peçanha e a Campanha Civilista .....	32
5. Hermes da Fonseca .....	33
5.1. A Revolta da Chibata .....	33
5.2. As Salvações .....	35
5.3. A Revolta de Juazeiro .....	36
5.4. A Sucessão .....	37
6. Venceslau Brás .....	38
6.1. A Guerra do Contestado (1912-1916) .....	39
6.2. O Brasil e a Primeira Guerra Mundial .....	41
6.3. A Industrialização .....	42
6.4. A Formação da Classe Operária .....	43
6.5. Anarquistas e Socialistas .....	44
6.6. A Greve de 1917 .....	44
6.7. A Sucessão .....	45

# Índice.história do Brasil 3

7. Epitácio Pessoa .....	46
7.1. A Sucessão e a Reação Republicana .....	46
7.2. A Semana de Arte Moderna de 1922 .....	48
7.3. Os Dezoito do Forte .....	49
8. Artur Bernardes .....	51
8.1. O Governo de Artur Bernardes e o Tenentismo .....	52
8.2. A Revolução Gaúcha de 1923 .....	52
8.3. As Revoluções de 1924 .....	53
8.4. A Coluna Prestes .....	54
8.5. A Sucessão .....	55
9. Washington Luís .....	56
9.1. A Crise de 1929 e a Sucessão .....	57
9.2. A Revolução de 1930 .....	59

## Capítulo 03. A Era Vargas

1. O Governo Provisório .....	61
1.1. A Política Cafeeira .....	61
1.2. A Revolução Constitucionalista de 1932 .....	62
1.3. A Constituição de 1934 .....	64
2. O Governo Constitucional .....	66
2.1. O Brasil e as Ideologias .....	67
2.2. A Intentona de 1935 .....	68
2.3. O Plano Cohen e o Golpe .....	69
3. O Estado Novo .....	70
3.1. A Política Administrativa .....	71
3.2. A Política Social e Econômica .....	72
3.3. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial .....	73
3.4. A Redemocratização .....	76

<b>Exercícios Propostos .....</b>	<b>79</b>
-----------------------------------	-----------



## Capítulo 01. A República da Espada

A República foi o resultado de uma estranha conjunção de forças, formando uma verdadeira salada: a da propaganda feita pelos chamados republicanos históricos desde 1870 que obedeciam à liderança de Quintino Bocaiúva; a dos exaltados, que seguiam Silva Jardim, que desapareceu cedo

do cenário político, tragado pelo vulcão Vesúvio; a dos políticos desencantados e conservadores pós-abolição; a dos federalistas, como Rui Barbosa; e a do entusiasmo da juventude militar, cujo inspirador era Benjamin Constant, divulgador e defensor do positivismo no Brasil.



Silva Jardim simbolizou a possibilidade de uma República de todos os brasileiros e não apenas de alguns, como acabou acontecendo. É atribuída a Silva Jardim a frase: "Não é a República de meus sonhos". Foi, talvez, o mais ardoroso defensor da República. Vendeu tudo o que tinha para dedicar-se à campanha, dizendo: "Com esse dinheiro vou derrubar a Monarquia! Com alguns níqueis no bolso e uma garganta, também se pode abrir caminho para a República".

Nessa teia de interesses e disputas, os militares conseguiram sobrepor-se às demais facções. Desde o final da Guerra do Paraguai, os militares trombavam com a monarquia, que teimava em impedir qualquer manifestação política dos militares.

Nas eleições ocorridas em 31 de agosto de 1889, os senhores que governavam o Império venceram e, assumindo o poder, resolveram, primeiro, abater as correntes políticas que se opunham ao regime e, segundo, submeter o exército que andava "pondo as mangas de fora". E, para isso, o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho

de Ministros, pretendia colocar a Guarda Nacional em local de destaque no desfile militar que seria realizado em 2 de dezembro, para comemorar o aniversário do imperador. Além disso — diziam os boatos — a Guarda Cívica comandada pelo conde D’Eu também estava no desfile.



As filhas de Benjamin Constant costurando a bandeira da República, inspirada nos ideais positivistas. Quadro de Pedro Bruno, PÁTRIA, encontra-se no museu da República, RJ.

E para complicar mais ainda, essas corporações estariam portando armamento novo e moderno.

Benjamin Constant, ao tomar conhecimento desses boatos, exclamou: “O exército brasileiro não é composto de janízaros; sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota”.

Dessa forma, a facção militar passou a comandar a oposição republicana à monarquia. Era necessário, entretanto, convencer o marechal Deodoro da Fonseca a liderar o movimento. Mas Deodoro hesitava, afirmando que a questão era apenas militar e bastava derubar o ministério. Benjamin Constant insistia na República. Deodoro, com o semblante



carregado, respondia: “Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está velho e a quem respeito muito.” E Benjamin, insistia. Por fim, Deodoro concordou e liderou o movimento de 15 de novembro.

*A Gazeta da Tarde, às dezoito horas, publicava: A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as conseqüências da liberdade. Foi o exército que operou esta magna transformação; assim como em 7 de abril de 1831 ele firmou a monarquia constitucional, acabando com o despotismo do primeiro imperador, hoje proclama, no meio da maior tranqüilidade e com solenidade verdadeiramente imponente, que queria outra forma de governo. Assim, desaparece a única monarquia que existia na América...*

Em outro jornal, *O Diário Popular*, Aristides Lobo escrevia : *O povo assistiu bestializado à proclamação da República.*

## 1. O Governo Provisório (1889-1891)

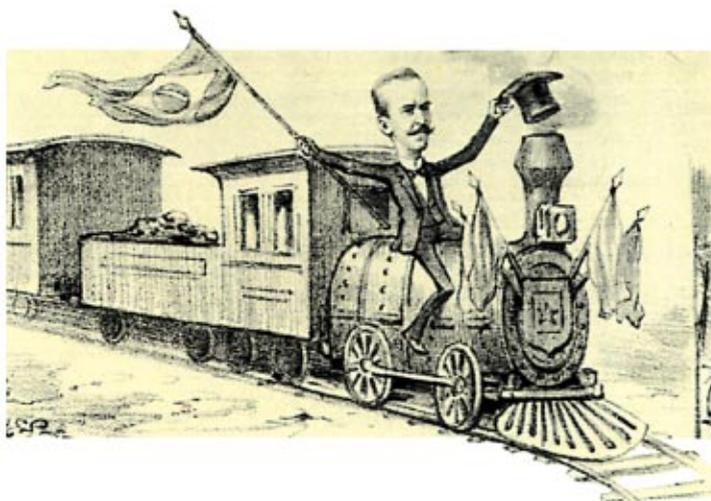
No mesmo dia da proclamação da República, foi organizado o Governo Provisório e seu primeiro decreto foi oficializar a República federativa sob a denominação de República dos Estados Unidos do Brasil, denotando uma nítida influência do modelo norte-americano. Em seguida, foram tomadas outras medidas, como a grande naturalização, separação entre Igreja e Estado, regulamentação do casamento e do registro civil, a secularização dos cemitérios, reforma do Código Criminal e reforma do ensino.



O Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República, presidente do Governo Provisório e presidente eleito pelo Congresso Nacional, conforme estipulava a Constituição de 1891. Nasceu em Alagoas em 1827 e, juntamente com seu pai e mais sete irmãos, lutou na Guerra do Paraguai, onde foi um dos soldados mais condecorados, recebendo patente de marechal de campo.

O marechal Deodoro foi colocado como chefe desse governo que, em seguida, colaborou na composição do ministério que iria governar com ele.

O destaque desse ministério coube a Rui Barbosa, ministro da Fazenda, responsável pela reforma bancária e financeira. E aí, sim, houve uma tremenda encrenca.



A gravura mostra o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, sentado sobre a locomotiva de um trem, simbolizando seu desejo de industrializar o País. Não deu certo e, ainda, provocou uma tremenda crise econômico-financeira, conhecida como "Encilhamento". Ficou visível que seria difícil transformar uma grande fazenda, que era o Brasil, num País moderno e desenvolvido.

### 1.1. O Encilhamento

O ministro da Fazenda, Rui Barbosa, declarou uma reforma financeira que, pouco antes, havia sido iniciada pela monarquia. Consistia, basicamente, no que fora feito nos Estados Unidos durante o governo do Presidente Lincoln, com os National Banks: substituía-se o lastro-ouro pelos títulos de dívida federal como lastro de emissões bancárias.

Recorrendo ao que lhe parecera uma salvação, Rui Barbosa assentou a garantia do meio circulante sobre títulos da dívida pública, ampliando, inclusive, a emissão de dinheiro por bancos autorizados, visando, também, à possibilidade de uma industrialização no País.

Entretanto, numa sociedade que se baseou durante três séculos e meio no trabalho escravo, seria praticamente impossível que, num passe de mágica, o trabalho se tornasse algo dignificante para a elite. Dessa forma, em vez de usar o dinheiro das emissões para a indústria, passou-se a especular na Bolsa de Valores, negociando ações de indústrias inexistentes. Não demorou muito e a Bolsa faliu, algumas indústrias que foram implantadas fecharam as portas e a população estava endividada ao

mesmo tempo em que a inflação atingia patamares próximos da loucura. Crise que passou a ser chamada de Encilhamento.

### 1.2. A Constituição de 1891

Realizadas as eleições em 15 de setembro de 1890, reuniu-se a constituinte republicana no prazo fixado, a 15 de novembro do mesmo ano. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição republicana do Brasil, modelada na Constituição dos Estados Unidos.

As instituições que vigoravam no império foram profundamente alteradas:

- o unitarismo monárquico foi substituído pelo federalismo.

- o poder moderador foi extinto e implantado o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- foi extinta a vitaliciedade do Senado, passando a ser temporário, por 8 anos, e o sistema eleitoral foi implantado com a extinção do voto censitário.

- as eleições indiretas da monarquia deram lugar ao sistema de eleições diretas para todos os cargos: o voto era a descoberto e uni-



versal, mas proibido a mendigos, analfabetos, religiosos de ordens monásticas e mulheres.

– a união Estado–Igreja foi substituída pela liberdade de culto.

Entre o texto constitucional e a realidade política e socioeconômica do País, as diferenças eram enormes e tornou-se impossível aplicar, na prática, o que a Constituição, em teoria, havia assegurado. Pelas regras estipuladas em relação ao direito de voto, apenas 4% da população estava enquadrada. O federalismo, para funcionar, necessitava de um mínimo de uniformidade econômica e social entre as regiões brasileiras, o que na realidade estava longe de existir. Na prática, ao conceder autonomia política e administrativa aos Estados, o País entrava numa situação que iria beneficiar os Estados mais ricos e populosos da Federação, capazes de eleger o Presidente da República e assegurar uma bancada majoritária na Câmara dos Deputados.

De acordo com a Constituição, o primeiro presidente e o vice da República seriam escolhidos pelo voto indireto da Assembléia Constituinte. Foram eleitos o Marechal Deodoro da Fonseca para a Presidência e o Marechal Floriano Peixoto para a Vice-Presidência.

## 2. Marechal Deodoro da Fonseca (1891)

O governo de Deodoro começou já apresentando sinais de crise, pois, durante a eleição no Congresso, correram rumores de que, se Deodoro fosse derrotado, a constituinte seria fechada e o Marechal seria aclamado ditador pelos militares. Isso levou até setores opositoristas a votarem em Deodoro, a fim de evitar uma possível ditadura ou até uma revolta armada.

Porém, a rejeição do Congresso ao presidente eleito tornou-se cada vez mais consistente, como, por exemplo, a moção em memória de Benjamin Constant como “belo modelo de virtudes aos presidentes”; a recepção do Congresso a Deodoro foi fria e glacial quando

de sua chegada, enquanto Floriano Peixoto recebia uma calorosa salva de palmas.

Foi inevitável o choque entre o presidente e o Congresso, acrescentando-se ainda a falta de “jogo de cintura” de Deodoro, caracterizado como militar exemplar e apegado à disciplina do quartel. Devido às críticas, resolveu substituir o ministério que vinha desde o governo provisório por outro, sob o comando de um tradicional político monarquista – o barão de Lucena. Esse fato aumentou a tensão no Congresso, pois lembrou, um pouco, a maneira pela qual se organizavam os gabinetes da monarquia, e, ao mesmo tempo, sem atender aos interesses políticos, desencantando os republicanos e afastando de Deodoro a juventude militar.

A 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, prometendo novas eleições e uma revisão na constituição. Nas palavras de Deodoro, a revisão seria no sentido de “fortalecimento do Poder Executivo da União e de uma comedida autonomia dos Estados, sem os exageros de soberania que trariam fatalmente a dissolução nacional”.

O País ficou indiferente ao golpe de Deodoro, com exceção no Rio Grande do Sul, onde parecia haver uma tentativa de se opor por meio de luta armada; no Pará, onde governava Lauro Sodré, positivista e antigo secretário de Benjamin Constant; e o almirante Custódio de Melo, que ameaçou se revoltar comandando um levante da Marinha.

Ao mesmo tempo, a crise econômica provocada pelo Encilhamento aumentava com várias falências. Em 21 de novembro, Deodoro ordenou a convocação de novas eleições, a serem realizadas em 1892. No dia seguinte, os ferroviários decretaram greve e, em seguida, o almirante Custódio de Melo ameaçou dar início a uma revolta, apoiado pelas tripulações dos navios Aquidabã, Primeiro de Março e Riachuelo, ancorados na baía de Guanabara.

Às 6 horas da manhã do dia 23, recolhido ao seu quarto por causa de violenta crise de asma, Deodoro é informado da situação. Tentou levantar-se da cama para reagir à situa-

ção crítica, mas não conseguiu. Pediu, então, que chamassem o vice-presidente Floriano Peixoto.

Ao receber Floriano Peixoto, passou-lhe o governo e pediu sua reforma do exército.

### 3. Marechal Floriano Peixoto (1891-1894)

Floriano Peixoto assumiu o governo em condições difíceis: além da crise política, arrastava-se uma grave crise econômica desde o Encilhamento. Colocou nos governos estaduais homens de sua confiança e deu início a medidas econômicas de caráter popular, como: redução dos aluguéis de trabalhadores, redução no preço de artigos alimentícios e construção de casas populares em substituição às precárias moradias conhecidas como “cabeça de porco.”



Floriano Peixoto, como presidente, realizou obras populares no Rio de Janeiro, como redução no preço da carne e nos aluguéis. Mas, num contexto nacional, fez um acordo tático com o PRP (Partido Republicano Paulista). “A elite de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar”.

Fausto, B. *História do Brasil*.

Nos primeiros dias de janeiro de 1892, sublevava-se a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Floriano, rápido, dominou o movimento sedicioso.

Ao mesmo tempo, apareceram na imprensa insinuações no sentido de se respeitar a Constituição e de se proceder a novas eleições presidenciais. Um artigo, o 42, da nova Constituição, estabelecia que, no caso de vaga, proceder-se-ia a uma nova eleição. Deodoro renunciara no primeiro ano de governo. Os partidários da continuação de Floriano para que completasse os quatro anos de presidência receavam um novo pleito e alardeavam o artigo 42, baseando-se nas Disposições Transitórias do texto constitucional. Nestas, prescrevia-se *a norma para a primeira eleição feita no Congresso, estatuinto que o presidente e o vice-presidente eleitos na forma deste artigo ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial.*

Eram possíveis duas interpretações, mas o Congresso resolveu que valia o sentido das Disposições Transitórias da Constituição.

Em abril do mesmo ano, treze generais, baseados na outra interpretação, enviaram a Floriano uma mensagem em que solicitavam a realização de novas eleições para a Presidência. Floriano mandou prender e, em seguida, reformar os generais revoltosos. Seus auxiliares ficaram debatendo a legalidade das prisões efetuadas antes da publicação do decreto no Diário Oficial. Floriano, ao passar pelo grupo, perguntou o motivo de tanta discussão. Ao ser informado do motivo, disse: “Bom, vão discutindo que eu vou mandando prender.”

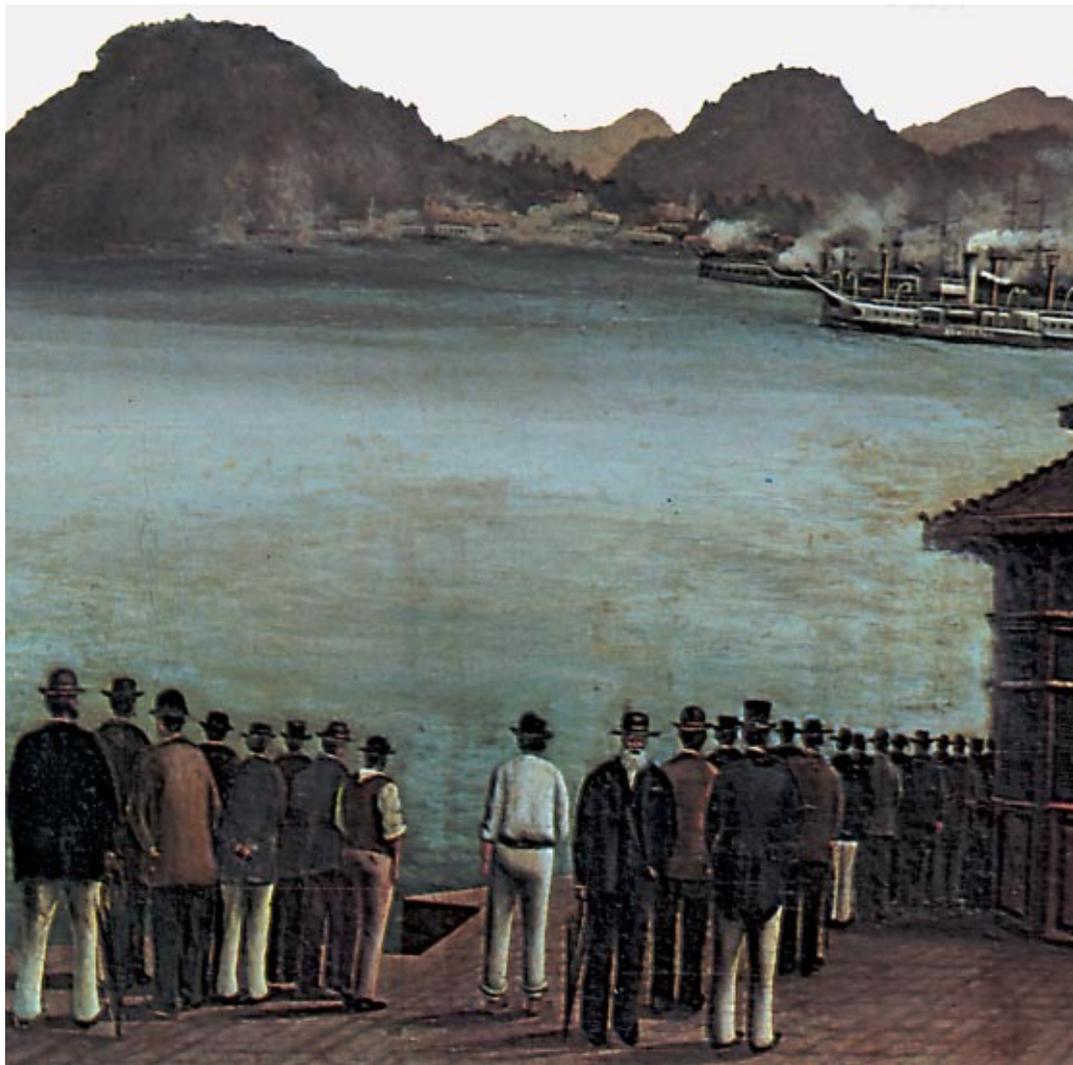
Porém, a situação política iria piorar.

#### 3.1. A Revolta da Armada e a Revolta Federalista

No Rio de Janeiro, o almirante Custódio de Melo passou a liderar uma segunda Revolta da Armada, iniciada em setembro de 1893, visando a restaurar o império da Constituição, conforme declarava o manifesto então divulgado. Apoiado pela jovem oficialidade, pelas classes médias e pelo Partido Republicano Paulista,



Floriano conseguiu dominar os revoltosos por meio da compra de uma nova esquadra na Inglaterra e nos Estados Unidos, que os rebeldes chamavam sarcasticamente de “Esquadra de Papelão.”



Populares juntam-se para assistir aos combates travados entre os revoltosos da Marinha e as forças do Exército. Passado o temor inicial, a população do Rio de Janeiro disputava, às vezes no tapa, os melhores lugares para assistir ao espetáculo bélico. Pipoqueiros, vendedores de doces, de rapadura, até de cachaça, disputavam espaço para realizarem seus negócios. Fizeram, certamente, bons negócios.

Ainda no ano de 1893, eclodiu no Rio Grande do Sul um violento conflito entre dois partidos políticos, o **Republicano Gaúcho**, apoiado por Floriano, e o **Federalista**, representado pelos tradicionais estancieiros gaúchos. A **Revolta Federalista**, como ficou conhecida, arrastou-se por dois anos seguidos, provocando a morte de aproximadamente dez mil pessoas.



**Noite de Gomes Carneiro**, óleo de Bona – Museu Gomes Carneiro, Curitiba, PR.

Os federalistas avançavam rapidamente em direção à capital federal, comandados por Gumerindo Saraiva. Floriano Peixoto precisava de alguém que polarizasse sentimentos e contornasse a situação. Esse alguém foi o Coronel Gomes Carneiro, que lutara com Floriano na Guerra do Paraguai e se destacara por heroísmo. Gomes Carneiro galopou de Tatuí, São Paulo, até a cidade da Lapa, fazendo cerca de 100 km por dia. E ali resistiu, escrevendo uma página épica na história do Brasil. O cerco da Lapa ganhou a admiração do País. Ferido, antes de morrer, proibiu que divulgassem a notícia de sua morte, para que não houvesse abalo moral nas tropas. A República precisava de mais tempo para salvar-se.

Terminou em 1895, já no governo de Prudente de Moraes, mas já sem o ímpeto inicial, desde que Floriano debelou em grande parte a revolta, principalmente em Santa Catarina ao derrotar os revoltosos em Desterro, capital do Estado que, a partir daí, passou a se chamar Florianópolis.

### 3.2.0 Florianismo

No fim do seu mandato, Floriano foi pressionado pelos oficiais das Armas a permanecer na presidência, cancelar as eleições e, atra-

vés de um golpe, implantar uma ditadura que iria “regenerar” o Brasil. Mais uma vez, as Forças Armadas tentavam impor ao País aquilo que acreditavam ser sua missão salvacionista, a crença de que os militares são a salvação nacional. Por outro lado, o Marechal havia assumido, em 1891, um compromisso com os paulistas de devolver o poder aos civis no final de seu governo.

Confiante de que o militar cumpriria o acordo firmado, o Partido Republicano Paulista (PRP) indicou Prudente de Moraes



para a sucessão presidencial. A vitória do paulista levou os chefes militares a planejar um golpe para impedir sua posse: quando Floriano e Prudente chegassem ao Senado para a cerimônia de transmissão do cargo, o presidente eleito seria impedido pelos militares de entrar; sem ter para quem passar o poder, o militar continuaria na Presidência. Desconfiando da manobra, Floriano Peixoto não compareceu à posse de Prudente de Moraes. Entretanto, conforme crônicas e bochichos da época, Floriano não compareceu porque não gostou da vitória de Prudente de Moraes e por isso ficou em sua modesta casa cuidando de suas queridas rosas. A sua ausência frustrou o golpe militar, encerrou o

período chamado “República da Espada” e permitiu à oligarquia cafeeira, através do PRP, tornar-se soberana no poder.

A Presidência de Deodoro, bastante tumultuada, acabou com sua renúncia. O vice, Floriano, assumiu a Presidência, mas houve contestações em virtude de dúvida interpretação da cláusula 42 da Constituição. Tendo resolvido permanecer na Presidência, Floriano teve de enfrentar a Revolta da Armada e a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Consolidou a República e deu origem a um movimento político denominado “florianismo”.

### Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) *Com efeito, a política científica evidencia que a separação entre o poder espiritual e o poder temporal é a condição indispensável de toda Ordem e de todo Progresso na sociedade moderna.*

Miguel Lemos, Rio de Janeiro, 1890

As afirmações apresentadas no texto correspondem às idéias:

- a) evolucionistas.
- b) positivistas.
- c) católicas.
- d) românticas.
- e) republicanas.

**Resposta: B**

02. (Fatec – SP) O Governo Provisório, instituído logo após a Proclamação da República, representou as diversas forças que derrubaram o Império, a saber:

- a) as camadas médias urbanas e a aristocracia latifundiária do café e do açúcar.
- b) o Exército, os ex-escravos e a burguesia industrial já fortalecida.
- c) setores da Igreja, a Guarda Nacional, as camadas urbanas.
- d) o Exército, as camadas médias urbanas e a burguesia agrária cafeeira.
- e) o Exército, as camadas médias urbanas e a burguesia agrária cafeeira.

**Resposta: E**

# Capítulo 02. A República Oligárquica

## 1. Prudente de Moraes

Eleito pelo voto popular, Prudente de Moraes deu início à chamada República Oligárquica, representando os interesses dos cafeicultores paulistas. Assumindo a presidência em 1894, deparou-se de imediato com dois grandes problemas: a pacificação do Rio Grande do Sul, onde ainda existiam alguns focos remanescentes da Revolução Federalista, e o afastamento dos militares da política, principalmente dos chamados florianistas.

Existia, ainda, o grave problema econômico resultante das crises herdadas da monarquia, do encilhamento e das despesas militares com a Revolta Federalista.



Prudente de Moraes, paulista de Itu e ex-governador de São Paulo foi o primeiro presidente civil da República. Tentou se eleger nas eleições indiretas, as primeiras da República, porém perdeu para o Marechal Deodoro da Fonseca.

Dessa forma, o governo de Prudente de Moraes não seria, certamente, um mar de rosas.

Enquanto o presidente encarava esses problemas internos, na política externa as coisas iam bem. Prudente reatou relações diplomáticas com Portugal, rompidas por Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada, quando um navio português acolheu alguns marinheiros revoltosos, após o afundamento de seu navio.

Com a Inglaterra, o Brasil disputava a posse da ilha de Trindade. Ocupada pela marinha inglesa, a ilha de Trindade, no meio do oceano Atlântico, seria uma excelente base militar para a Inglaterra. Entretanto, a ilha sempre pertencera ao Brasil. A questão foi para um foro internacional, que indicou Portugal como árbitro, dando ganho de causa ao Brasil, os ingleses desocuparam a ilha.

Outra disputa foi com a Argentina, na questão de Palmas ou também chamada questão das Missões. O barão do Rio Branco representou os interesses brasileiros com sucesso, pois o presidente Cleveland, dos Estados Unidos, agindo como árbitro da questão, deu ganho de causa ao Brasil.

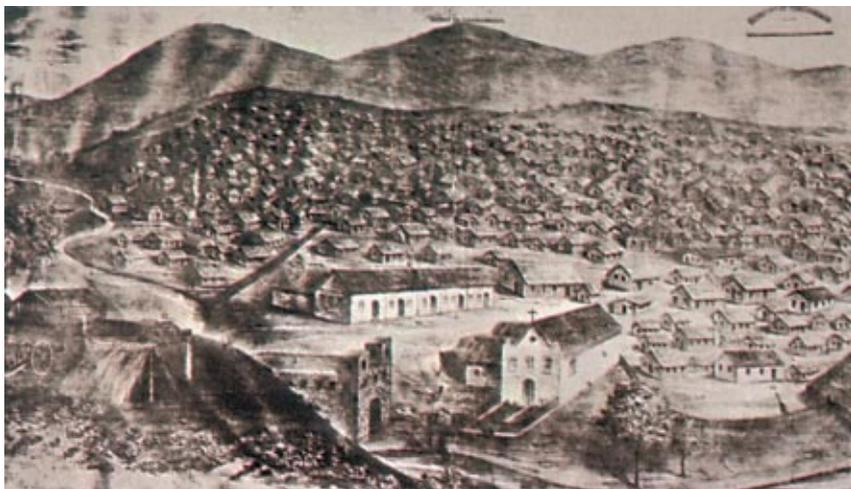
Em 24 de junho de 1895, a morte de Saldanha da Gama em combate pôs fim ao último foco da resistência federalista, e no dia 29 morria Floriano Peixoto, em sua fazenda no interior do Estado do Rio de Janeiro, dessa forma, o florianismo perdeu o seu símbolo e o movimento perdeu, também, o seu ímpeto revolucionário.

Mas, o maior problema do governo de Prudente de Moraes estava por vir: Canudos.

### 1.1. Canudos (1896-1897)

A Revolta de Canudos expressou basicamente a falta de terras, a miséria e o abandono das populações rurais do interior do país, tendo forte caráter messiânico.

Essa situação foi o resultado do processo colonizatório sustentado no latifúndio e na oligarquia. E foi piorando com o advento da República, que não trouxe qualquer melhoria para as condições de vida dessas populações, como também permitiu o aumento dos poderes dos latifundiários. Acrescentem-se as constantes secas que assolavam a região nordestina, aumentando ainda mais os problemas econômicos e sociais.



Arraial de Canudos localizado em Belo Monte, próximo ao Rio Vaza-Barris. Após a derrota imposta pelas tropas do Governo, o arraial foi destruído e, mais tarde, construíram uma represa que encobriu o que restava. Foi uma maneira de tentar apagar os vestígios do que um dia fora Canudos.

Neste contexto apareceu Antonio Conselheiro, rezando e proclamando fiéis para consertar igrejas e cemitérios pelo Nordeste. Atraiu a atenção e o respeito de multidões de fiéis. Em 1893, Antonio Conselheiro se estabeleceu num vilarejo abandonado. Em pouco mais de dois anos, o antigo vilarejo se transformou num aglomerado de mais de 20 mil pessoas, trabalhando e cultivando as terras em forma de comunidade. A maior parte dessas pessoas era de trabalhadores rurais, explorados por grandes latifundiários que, aos poucos, foram ficando sem mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a Igreja passou a se sentir ameaçada com as pregações de Antonio Conselheiro. Chefes políticos estaduais passaram a exigir que o governo dispersasse o agrupamento de crentes. Os motivos alegados eram o roubo de gado e o desejo de restabelecer o

regime monárquico. A imprensa em geral e alguns intelectuais da época, demonstrando acentuado elitismo e forte preconceito, condenavam Canudos pelo “fanatismo” e pelo perigo que poderia trazer à jovem República.

Em 1896, o governo do Estado da Bahia enviou uma expedição militar composta de 100 soldados, comandados pelo tenente Manuel Pires Ferreira. Os sertanejos de Canudos, comandados por Quelé do Pajeú e João Abade, derrotaram a expedição governamental. A derrota repercutiu em Salvador e no Rio de Janeiro. Organizou-se, então, uma expedição composta por soldados do Exército, da polícia estadual da Bahia e por jagunços dos grandes fazendeiros, armada com duas metralhadoras e dois canhões Krupp. Utilizando a guerrilha como forma de combate, os sertanejos conseguiram derrotar também essa expedição.

A derrota dessa nova expedição acirrou a histeria contra Canudos: florianistas atacaram o governo de Prudente de Moraes e empastelaram jornais monarquistas.



Ataque frustrado das tropas do Exército, quando da expedição comandada pelo coronel Moreira César, o famoso "corta-cabeças" da Revolução Federalista. Também conhecido como "o carniceiro do sul", ao chegar a Salvador, disse aos jornalistas: "Vou trazer a cabeça de Antonio Conselheiro amarrada à sela de meu cavalo!" Não cumpriu a promessa, pois morreu nessa primeira investida que mostra a gravura.

Uma nova expedição foi formada sob o comando do coronel Moreira César, conhecido como "o corta-cabeças", apelido que ganhara durante a Revolução Federalista pelas atrocidades cometidas na repressão aos revoltosos. Era também um florianista fanático. Ao chegar a Salvador, disse aos repórteres que o entrevistavam: "Podem escrever: vou trazer a cabeça de Antonio Conselheiro amarrada à sela de meu cavalo!" Diante dessa declaração todo mundo concluiu: "Agora, vai." Não foi. No primeiro ataque aos revoltosos, Moreira César foi mortalmente ferido e caiu em poder dos sertanejos, que o arrastaram por um bom pedaço de chão e depois botaram fogo no seu cadáver.



A gravura mostra um soldado obedecendo à ordem esdrúxula do coronel Tamarindo: "Em tempo de murici, cada um cuida de si".

O coronel Tamarindo, vendo o estrago que os sertanejos estavam fazendo em suas tropas – ele assumiu o comando após a morte do coronel Moreira César – deu a ordem mais esdrúxula que já se ouviu no exército: "Em tempo de Murici, que cada um cuide de si." Foi o caos.



Cenário após o fracasso da terceira expedição contra Canudos: o cadáver do coronel Tamarindo secando ao sol, amparado por um arbusto seco.



*“Oitocentos homens – escreveu Euclides da Cunha – desapareciam em fuga abandonando as espingardas, arriando as padiolas, em que se estendiam os feridos; jogando fora as peças de equipamentos, desarmando-se; desapertando os cinturões para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos, em bandos erradios.”* E nos seus calcanhares, os sertanejos berrando e gargalhando. O coronel Tamarindo não conseguiu fugir: foi abatido com um tiro e colocado enroscado num arbusto seco, parecendo-se a um espantalho fardado. E ali secou, como o arbusto.

Quando a notícia do desastre chegou ao Rio de Janeiro, o pânico tomou conta do governo. Prudente de Moraes, que estava licenciado por motivo de saúde – o vice-presidente, Manuel Vitorino, estava em seu lugar – retornou ao poder e passou, juntamente como o ministro da Guerra, marechal Bittencourt, a comandar a luta contra Canudos.

Uma nova expedição – a quarta – foi organizada, agora com dez mil soldados, vários canhões, armamento novo, recém-adquirido na Alemanha, comandada por três generais, ficando o comando-geral a cargo do general Artur Oscar.

Depois de três meses de cerco, Canudos começou a apresentar os primeiros sinais de enfraquecimento. Mesmo assim, sem água e comida, os sertanejos resistiam. Não foi por muito tempo. Em 5 de outubro de 1897, a cidade capitulou, tendo apenas – conforme descreveu Euclides da Cunha – quatro combatentes: um velho, um rapaz de 16 anos e dois adultos. A população de Canudos ou morreu na batalha ou foi degolada pelo Exército. O corpo de Antonio Conselheiro, que morrera em setembro, foi desenterrado e decapitado.

Enquanto o governo comemorava a vitória no Rio de Janeiro, apesar da tentativa de assassinato do presidente Prudente

de Moraes por um florianista, em Salvador, os alunos da Faculdade de Medicina se recusavam a participar dessas comemorações. Exigiam explicações sobre a ausência de prisioneiros, pois não apareceu nenhum sobrevivente para contar a história. Rui Barbosa criticou severamente a maneira como foi conduzida a ação política e militar em relação a Canudos. Mais tarde, o jornalista Euclides da Cunha, que havia feito reportagens sobre episódios para o jornal *O Estado de S. Paulo*, denunciou a chacina com mais pormenores em seu livro: *Os sertões*.

## 1.2. O Atentado e o Fim do Florianismo

O governo fez festa no Rio de Janeiro e anunciou que o próprio presidente Prudente de Moraes iria receber os heróis, assim que desembarcassem no cais do Arsenal de Guerra.

No dia 5 de novembro de 1897, a banda militar já se encontrava no Arsenal de Guerra para tocar o Hino Nacional na recepção aos soldados. Prudente de Moraes apareceu ladeado pelo ministro da Guerra, marechal Bittencourt e pelo chefe da Casa Militar, coronel Mendes de Moraes. O presidente caminhou por entre a massa popular e entrou no pátio do Arsenal. De repente, um grito: “Viva Floriano Peixoto!” O grito partiu do cabo Marcelino Bispo de Melo que, rapidamente, saiu das fileiras, colocou um revólver próximo ao rosto do presidente e atirou. O tiro falhou. Com a cartola na mão, o presidente afastou o cano da arma. O marechal Bittencourt e outros militares pularam sobre o agressor e rolaram no chão. O cabo Marcelino, sem o revólver, sacou um punhal e desferiu golpes para todos os lados, totalmente ensandecido, até ser contido. Contudo, o marechal Bittencourt ficou gravemente ferido, vindo a falecer logo depois.



A gravura mostra o momento em que o marechal Bittencourt se interpõe entre o cabo Marcelino Bispo e o presidente Prudente de Moraes, evitando o assassinato do presidente. O marechal Bittencourt, porém, faleceu em decorrência dos ferimentos recebidos.

*Esse fracassado atentado – escreve Lincoln de Abreu Penna – foi amplamente explorado pelo governo de Prudente. Serviu para decretar a punição política dos jacobinos envolvidos e também para afastar essa corrente republicana da política do país. Sem liderança de expressão nacional, deixam de ter um referencial político que os una (...). O governo de Prudente responde, dessa maneira, pela transição da República jacobina à República oligárquica.*

### Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Na última década do século XIX, o Brasil enfrentou uma série de problemas críticos. Entre eles podemos citar:

- enorme dívida externa herdada do Império e aumento do déficit público.
- crise internacional que diminuiu a exportação da borracha e do algodão.
- contração de um altíssimo empréstimo com os banqueiros dos Estados Unidos.
- instabilidade social gerada por uma série de greves operárias e movimentos no campo.
- alta inflação, índices econômicos negativos e desemprego crescente.

**Resposta: A**

02. (ITA-SP) As razões da violenta repressão ao movimento de Canudos no interior da Bahia, no início da República, deveram-se principalmente:

- à preocupação da Igreja com relação ao crescimento de uma seita que lhe era hostil.
- às tendências esquerdistas manifestadas pelos seus integrantes.
- aos interesses prejudicados dos latifundiários, privados de mão-de-obra farta e barata.
- à impossibilidade de controle fiscal do governo sobre uma grande área produtora de minérios.
- à recusa dos sertanejos em trabalhar nas terras dos latifundiários e terem invadido terras do governo.

**Resposta: C**

## 2. Campos Sales

O café, desde o Império, era o principal produto de exportação. A produção cafeeira concentrava-se, no início da República, no Oeste paulista, responsável pela maior parte da produção nacional, secundado pelo sul de Minas e Baixada Fluminense. Em sua marcha para o Oeste, as plantações de café foram responsáveis pela formação de fazendas e cidades e, ao findar o século XIX, o Brasil já controlava o mercado mundial.

A expansão capitalista da economia cafeeira promoveu o desenvolvimento da rede ferroviária, a ampliação dos portos e dos serviços urbanos. Além disso, difundiu o trabalho assalariado no campo e na cidade, possibilitando o aumento do mercado consumidor e estimulando a produção manufatureira e industrial.

Entretanto, a euforia resultante dessa expansão começou a murchar e, em alguns momentos, transformou-se em verdadeiro pavor quando apareceram as primeiras crises de superprodução. Era uma decorrência não só do aumento da produção brasileira, mas também

da produção de outros países como Colômbia, Nicarágua e das colônias africanas de países europeus que despejavam cada vez mais café no mercado internacional. As rendas começaram a diminuir. A economia brasileira passou a sentir seus efeitos. Se isso não bastasse, o País enfrentava ainda os resquícios financeiros do Encilhamento e dos gastos militares com as Revoltas da Armada e Federalista.



A foto mostra Campos Sales saindo de sua mansão em direção à carruagem que o levaria ao Palácio Itamarati. A cena representa, também, o modo de vida das elites cafeeiras do início da República.

A situação ficou sombria já no final do governo de Prudente de Moraes, quando a superprodução deu seu primeiro alerta. A oferta mundial ultrapassou em muitas toneladas o consumo, ocasionando uma queda nos preços do café em torno de 40%.

### 2.1.0 Funding-loan

A baixa atingiu em cheio os cafeicultores, mas o governo, tratou de criar uma política de defesa do nível de renda dos proprietários. Assim, o governo passou a desvalorizar o mil-réis, de modo que, ao trocá-lo por libras provenientes da venda do café, os cafeicultores recebiam uma quantia maior de moeda brasileira, o que compensava o declínio dos

preços. A isso, o economista Celso Furtado chamou de “socialização das perdas”.

Por exemplo

antes: 1 saca = 2 libras = 2 mil-réis

depois: 1 saca = 1 libra = 2 mil-réis

A desvalorização da moeda implicou numa tremenda inflação, com prejuízos principalmente para os assalariados. Os banqueiros estrangeiros não viam com bons olhos essa desvalorização da moeda, pois recebiam não receber os empréstimos efetuados.

No final do governo Prudente, foram iniciadas conversações para se chegar a um acordo com os credores internacionais. Quando Campos Sales foi eleito, porém ainda não

empossado, entabulou negociações com o principal credor do Brasil, a Casa Rothschild, em Londres. Foi assim que começou a elaboração do *fundings-loan*, que significava um empréstimo de consolidação de uma dívida. Na prática, era um esquema para dar folga e garantir, através de um novo empréstimo, o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores.

Conforme o acordo, o Brasil comprometia-se a pagar as dívidas antigas e contrair um novo empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, representadas pelos títulos emitidos pela Casa Rothschild, denominados *United States of Brazil Funding Bonds*. Como garantia a esse empréstimo, o gover-

no brasileiro deveria hipotecar as rendas da alfândega do Rio de Janeiro e, caso fosse necessário, as rendas de outros portos do País.

O pagamento da dívida – convertida, agora, em uma só, pois as antigas e a nova foram acopladas – seria feito no prazo de 63 anos, a partir de julho de 1898.

Ao mesmo tempo, o Brasil deveria colocar em prática uma violenta política deflacionária. Esse verdadeiro abacaxi coube ao Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, que cortou o crédito à indústria e ao comércio, criou novos impostos e aumentou o valor dos que já existiam.



A política deflacionária colocada em prática pelo ministro da Fazenda Joaquim Murinho resolveu o problema das elites rurais, mas o povo se viu cada vez mais na miséria. A foto mostra um cortiço, também chamado de "cabeça de porco", local composto de vários quartinhos ocupados por várias famílias. O banheiro e o tanque eram usados por todos. Os varais também.

Dessa maneira, o País escapou da insolvência, mas os anos seguintes foram de verdadeira quebradeira de indústrias, bancos e casas comerciais, o que gerou, um imenso desemprego. Assim, todos os sonhos de um país industrializado viraram fumaça, pois como o próprio Campos afirmou: *"É tempo de tornar o caminho certo; e o que devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós."*

## 2.2. A Política dos Governadores

Para garantir a política de proteção ao café, a aprovação do *funding-loan* pelo Congresso e para consolidar o poder oligárquico, Campos Sales passou a organizar a chamada **política dos governadores** ou política dos Estados. Essa organização oligárquica era necessária, também, para atuar em consonância com o capitalismo internacional. Conforme Nelson Werneck Sodré, *“para efetivar essa política – dos governadores – era indispensável o apoio externo. Esse apoio é encontrado na capital financeiro, e a aliança, que antes era tácita, fica estabelecida de modo ostensivo. A partir de 1898, pois, o imperialismo está instalado oficialmente na política do café...”*

O pacto oligárquico era composto pelos grupos dominantes de São Paulo, Minas Gerais e oligarquias de alguns Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, graças à presença marcante do senador Pinheiro Machado. Mais tarde, porém, essa política dos governadores se tornaria conhecida como “política café-com-leite” em virtude da preponderância dos Estados de São Paulo e Minas Gerais na presidência da República, na qual se alternavam paulistas e mineiros.

Enquanto São Paulo era o Estado mais poderoso economicamente, Minas Gerais tinha o maior peso político, representado pelo maior contingente eleitoral do País. Nos outros Estados, de economia frágil e pequeno contingente eleitoral, despontavam poucas oligarquias, algumas regionais ou locais. A maior e mais poderosa geralmente se aliava à política dos governadores. Essas oligarquias, por sua vez, tinham à frente o famoso “coronel”, nome originado da Guarda Nacional, criada em 1831, por Diogo Feijó. Durante o Império, o poder desses “coronéis” foi sufocado pelo centralismo político empregado pela monarquia; mas com a República e a posterior descentralização feita pelo federalismo, os “coronéis” passaram a ser figuras dominantes do cenário político.

O poder dos “coronéis” residia no controle sobre os eleitores, principalmente a partir dos chamados “currais eleitorais”, ou seja, eleitores controlados que votavam sempre nos candidatos indicados por eles, em troca de pequenos favores, o que representava uma relação de compadrio. Dessa forma, os votos dados nos candidatos do “coronel” representavam aquilo que se denominava de “voto de cabresto”.

Mas, se tudo isso falhasse — o que era difícil — entrava em cena a Comissão Verificadora de Poderes, composta por membros da Câmara dos Deputados, que tinha a incumbência de verificar as listas das eleições e diplomar o vencedor. Evidentemente, a Comissão só diplomava os candidatos da “patota” e degolava os candidatos — mesmo se fossem os vencedores nas urnas — da oposição.

## 2.3. Os Felizes e os Infelizes

Por tudo isso, podemos dizer que o governo de Campos Sales representou a adaptação de nossa economia às necessidades e interesses do capitalismo internacional, ao mesmo tempo em que o Estado estava consolidado em mãos das oligarquias rurais. Assim, os grupos estrangeiros readquiriram confiança no Brasil e os capitais externos voltaram a ser aplicados no país.



Tal como hoje, as políticas deflacionárias geram quebraadeiras e desemprego. E, ainda, como hoje, os desempregados buscam na informalidade os meios de subsistência. A foto mostra uma das maneiras de sobreviver na época de Campos Sales: vender galinhas nas ruas.

Por outro lado, a situação do povo era desesperadora, o que provocou uma série de manifestações operárias, principalmente com greves. Foi nessa época que os anarquistas começaram a despontar nos movimentos de massa no Brasil.

Os Rothschild, felizes da vida, enviaram um telegrama de felicitações ao final do mandato de Campos Sales, em 1902. As oligarquias também estavam felizes. Menos o povo, que, ao ver o trem que levava Campos Sales do Rio de Janeiro para São Paulo, resolveu demonstrar sua revolta atirando paus, pedras e muitos palavrões contra Campos Sales que, para sua sorte, estava protegido lá no fundo do trem.

### Exercícios Resolvidos

01. (UFMG-MG) A Política dos Governadores, inaugurada por Campos Sales, é considerada o exemplo mais notório da política de conciliação na História do Brasil porque:

a) consiste numa troca de favores institucionalizada entre os poderes municipal, estadual e federal, que fortalece as oligarquias.

b) significa o apaziguamento das tensões no relacionamento entre civis e militares, difícil desde a Revolta da Armada.

c) põe fim ao chamado Encilhamento, reforma econômico-financeira promovida por Rui Barbosa, a qual tumultuou a vida do País.

d) representa a solução final para os problemas com a Igreja, enfrentados desde o período de desagregação da Monarquia.

e) resolve dissensões internas, como as de Canudos e a luta do Contestado, ambas marcadas por um caráter messiânico.

*Resposta: A*

02. (Vunesp-SP) A “verificação de poderes” pelo Congresso, prática integrante do processo eletivo na República Velha, propiciou a chamada “política dos governadores”, através da qual o presidente Campos Sales conseguiu:

a) desestabilizar as oligarquias cafeeiras.  
b) desenvolver a industrialização incipiente nas cidades.

c) atrair para o seu círculo monarquistas e florianistas.

d) sanear as finanças, dando continuidade ao Encilhamento.

e) desvirtuar as normas democráticas e instituir uma República oligárquica e elitista.

*Resposta: E*

### 3. Rodrigues Alves

Campos Sales, ao implantar a política dos governadores, possibilitou a preponderância política dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Isso também era decorrência da existência de partidos políticos estaduais, pois a diversidade econômica implicava, também, numa diversidade política. Os interesses dos cafeicultores que formaram as oligarquias paulista e mineira eram muito diferentes daqueles dos pernambucanos, que dependiam da produção açucareira.

Dessa forma, no final do governo de Campos Sales, as oligarquias já tinham escolhido o seu sucessor: Rodrigues Alves. Alguns opositoristas tentaram impor o nome de Quintino Bocaiúva, mas Rodrigues Alves, grande produtor de café e ex-governador do Estado de São Paulo, prevaleceu e foi eleito presidente da República, tendo como vice-presidente o mineiro Afonso Pena.



Rodrigues Alves, presidente da República no quadriênio 1902-1906. Seu governo foi bastante produtivo, apesar da Revolta da Vacina (1904). Saneou e urbanizou o Rio de Janeiro com a participação do prefeito Pereira Passos e do sanitarista Oswaldo Cruz. O Acre foi incorporado ao Brasil graças à ação diplomática do barão do Rio Branco.

Rodrigues Alves assumiu um governo com a economia saneada, graças ao *funding-loan* feito pelo seu antecessor e pela política deflacionária imposta pelo ministro Joaquim Murinho, à qual deu continuidade, aplicando os mesmos recursos monetaristas.

Porém, o grande objetivo de seu programa de governo era o saneamento e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro. A cidade ainda conservava muito da época colonial, com ruas estreitas, praças pequenas, falta de saneamento básico e de higiene, enfim, uma imundície. Fatores responsáveis por epidemias e endemias como febre amarela, dengue, varíola, cólera, peste bubônica e malária, que dificultavam o comércio internacional e a imigração. A coisa estava tão feia que empresas de turismo na Europa, ao anunciarem viagens para a América do Sul, diziam: Nossos navios não aportam no Rio de Janeiro.



### A Borracha

O desenvolvimento da indústria automobilística levou à necessidade de aumentar a produção de borracha, necessária para a indústria de pneus. A matéria-prima básica da borracha era o látex, extraído desde o final do século XIX da seringueira, árvore nativa da Amazônia. No início do século XX, a exportação chegava a cerca de 20 mil toneladas ao ano.

A extração do látex era feita de forma primitiva, principalmente por nordestinos que migravam aos milhares para a Amazônia, fugindo das secas. Depois da coleta, vendiam as pelotas de látex a comerciantes de Manaus e Belém por preços irrisórios e estes as revendiam com grande margem de lucro. O ciclo da borracha possibilitou o enriquecimento de alguns comerciantes de Manaus e Belém, cidades que se urbanizavam nessa época. O destaque é o belo Teatro Amazonas, construído em Manaus com material importado.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Malásia passou a ser a principal produtora de borracha, graças à organização racional imposta à sua produção, enquanto a produção brasileira entrava em declínio.

Pereira Passos, engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro, responsável pela reurbanização da cidade durante a presidência de Rodrigues Alves. Pereira Passos compôs a equipe de urbanistas e engenheiros que reurbanizou Paris, no final do século XIX, construindo a famosa Praça da Concórdia.

### 3.1. Urbanização e Saneamento

O presidente Rodrigues Alves, ao propor o saneamento e a urbanização da capital do País visava – como ele mesmo dizia – alavancar o desenvolvimento nacional. Não era um projeto para apenas embelezar o Rio de Janeiro. Ao montar sua equipe de governo, colocou o engenheiro Pereira Passos como prefeito, com a incumbência de reurbanizar a cidade, e como diretor da saúde pública, o Dr. Osvaldo Cruz, sanitarista de renome internacional.



O Rio de Janeiro em obras. Máquinas e homens trabalham para reurbanizar a cidade. A foto mostra a região do mangue, sendo aterrado e canalizado. Era um dos maiores focos de mosquitos, responsáveis pela proliferação da febre amarela.

O prefeito Pereira Passos, juntamente com o engenheiro Paulo de Frontin, responsável pelas obras de reurbanização, começaram o famoso “bota-abaixo”: casas e prédios antigos foram demolidos, sendo que muitas dessas construções serviam de moradias para populações pobres e desempregadas que foram obrigadas a sair e, sem terem para onde ir, acabaram montando barracos nos morros. Estavam surgindo as famosas favelas cariocas.

No lugar dos velhos prédios, surgiram grandes avenidas, como a Avenida Central (atual Rio Branco) e a Beira-Mar, com prédios novos. Ruas do centro foram alargadas, como, por exemplo, a Treze de Maio, a Carioca e a Uruguaiana, entre outras. Jardins foram formados, como o campo de São Cristóvão, Praça Tiradentes e Duque de Caxias.

Em seguida veio Osvaldo Cruz com suas equipes mata-mosquitos. Ele havia concluído que a febre amarela era transmitida por um mosquito rajado que proliferava em águas estagnadas. Essa conclusão estava baseada em estudos e pesquisas efetuados pelo Dr. Finlay, em Cuba. Assim, ele formou um contingente de 85 homens que tinham como missão percorrer quintais, jardins, porões, telhados para realizar a limpeza e jogar petróleo nos alagados.



“Festa” da população carioca durante a retirada dos famosos quiosques, símbolos de sujeira e vulgaridade. Local apertado e sem higiene, onde ficava um sujeito, quase sempre gordo, que mal conseguia se mexer, vendendo “salgadinhos” – conhecidos como “Jesus me chama” – e cachaça. O bêbado, sempre antes de dar o primeiro gole, jogava um pouco para o santo. E, aí, a pestilência aumentava ainda mais.

No início das operações, o carioca se divertia em ver tanto marmanjo caçando mosquito. Quando eles apareciam, a garotada berrava, ao mesmo tempo em que gargalhava: “Olha os mata-mosquitos!”

Porém, com o passar do tempo, a brincadeira passou a se tornar hostilidade. A imprensa que fazia oposição ao presidente Rodrigues Alves aproveitou para entrar em cena, criticando o “bota-abaixo”, ridicularizando a operação mata-mosquito e chamando Osvaldo Cruz de “czar dos mosquitos”.

Além da imprensa, todos os setores da oposição aproveitaram a situação para malhar o governo. Osvaldo Cruz, entretanto, manteve-se inflexível e continuou com a operação mata-mosquito.



Em 1904, a febre amarela estava praticamente extinta no Rio de Janeiro.

Mas existia um mal maior: a varíola. Oswaldo Cruz sabia que a única defesa contra a varíola era a vacinação em massa da população.

Era o que vários países europeus estavam fazendo. E de forma obrigatória.

Em 1904, Oswaldo Cruz solicitou à Comissão de Saúde Pública da Câmara a aprovação de uma lei estabelecendo a obrigatoriedade da vacina.

Sem esperar pela lei, Oswaldo Cruz determinou aos seus funcionários que comessem a vacinação. O erro foi não ter conscientizado a população da necessidade dessa vacinação. A oposição, a mesma que foi contra a operação mata-mosquito, reaparece e, agora, com força total. Apesar de a lei ter sido aprovada (31 de outubro de 1904), as hostilidades foram aumentando cada vez mais. Foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, apoiada pelos positivistas, opositores ferrenhos de Rodrigues Alves. Políticos e imprensa passaram a insuflar o povo contra o governo através de discursos inflamados e charges que ironizavam Oswaldo Cruz e seus funcionários.



Caricatura de Oswaldo Cruz, com uma aparência de desânimo. Ao seu lado, um rato despreocupado com o que pode acontecer. A frustração de Oswaldo Cruz é resultado das encrascas que ocorreram com a vacinação obrigatória. O povo, sem ter sido esclarecido sobre a tal vacinação, se revoltou. Políticos e militares de oposição aproveitaram para se revoltar contra o governo. Depois de tudo pacificado, a vacina deixou de ser obrigatória.

Daí em diante começaram a se propagar as coisas mais absurdas sobre a vacina: que ela não evitava a moléstia e causava outras doenças, que era preparada com o sangue dos ratos empestados, e assim por diante.

A imprensa chegou ao ponto de colocar a vacina obrigatória como um desrespeito às senhoras e senhoritas, pois “os funcionários da Saúde Pública, sem o devido respeito ao recato das esposas e das filhas, as vacinariam à força, na coxa”.

O descontentamento popular, que vinha crescendo desde o governo Campos Sales, que provocou carestia e desemprego, problemas somados ao “bota-abaixo” e à operação mata-mosquito do governo Rodrigues Alves, acabou explodindo com a vacinação obrigatória.

### 3.2. A Revolta da Vacina

Na tarde de 10 de novembro de 1904, um sujeito foi preso pela polícia por estar berrando impropérios e palavrões contra a vacinação obrigatória, provocando uma tremenda confusão na Praça Tiradentes. Populares tentaram tirar o sujeito das mãos da polícia e então a coisa virou um verdadeiro tumulto. Uma tropa da cavalaria chegou a fim de botar ordem, mas provocou uma generalização do conflito. Pedras, paus, paralelepípedos voaram por todos os lados, enquanto os cavaleiros desciam o cacetete. O *Jornal do Comércio* descreveu assim o episódio: “A multidão fora refugiar-se na rua do Sacramento, onde havia casas em ruína, montões de madeiras e pedras, início das obras da futura Avenida Passos. Do restaurante Criterium e de quase todas as casas daquele trecho, onde avultavam as proporções da luta, eram arremessados, pratos, copos, garrafas, calhaus e pedaços de madeira sobre a força em constantes movimentos. Compacta, fremente, a multidão vaiava o governo, a polícia, aclamando o Exército.”



Bonde virado pela população enfurecida durante a Revolta da Vacina. A fúria deve ter dado muita força aos revoltosos, pois um bonde é algo muito pesado. Além disso, lampiões, ruas, prédios, o que tinha pela frente os revoltosos arrebentaram. Dezenas de pessoas morreram nos quatro dias de rebelião e centenas foram presas e exiladas para a Amazônia.

O chefe de polícia ordenou que a força avançasse para desalojar os amotinados daquela via pública, onde já se erguiam trincheiras e barricadas. Rompeu a cavalaria a galope, descarregando clavinotes, espadeirando quantos fugitivos alcançava.

Descargas serradas atroavam os ares, tombando vítimas sem conta. Um menino caía morto na calçada do Tesouro”. Esse episódio ficou conhecido como “o Quebra-Lampiões”.

Durante vários dias a cidade foi transformada num verdadeiro campo de guerra: casas foram apedrejadas, bondes foram tombados e queimados, barricadas foram erguidas e trincheiras foram cavadas nas ruas.

No dia 14, o general Silvestre Travassos comanda um levante militar contra o governo, apoiado pelos florianistas e positivistas. Na Escola Militar da Praia Vermelha, reúnem-se os opositores – positivistas, florianistas e outros – a fim de propor a derubada de Rodrigues Alves e, posteriormente, a implantação de uma ditadura positivista chefiada pelo senador Lauro Sodré.

Oswaldo Cruz foi obrigado a fugir de sua casa, que foi praticamente demolida a pedradas. Dinamite passou a ser usada em vários pontos da cidade. O ar da cidade cheirava a pólvora e enxofre.

O governo lançou sobre os revoltosos todo o seu poderio policial e militar e, no dia 15 de novembro, finalmente, conseguiu sufocar a revolta. Centenas de pessoas foram desterradas para o Acre, milhares foram para a cadeia e os estrangeiros – principalmente os anarquistas – foram expulsos do País.

### 3.3. O Convênio de Taubaté

Enquanto a cidade do Rio de Janeiro se transformava com a urbanização, saneamento e erradicação das epidemias, como também se agitava com a Revolta da Vacina, no interior do País a produção cafeeira aumentava cada vez mais. A inflação beneficiava os cafeicultores, pois o produto era cotado em libras; o crédito era facilitado e abundante; havia disponibilidade de expansão do cultivo em novas terras; esses foram alguns dos fatores que levaram a uma tremenda superprodução de café. A safra de 1906 atingiu cerca de 22 milhões de sacas que, somadas aos estoques dos anos anteriores – 4 milhões de sacas –, representavam um excedente de 16 milhões de sacas sobre o consumo mundial. Era preciso tomar alguma providência.

**O Acre**

O território do Acre pertencia à Bolívia, mas a região foi sendo ocupada por seringueiros brasileiros. O governo boliviano resolveu, então, arrendar a região para a Bolivian Syndicate, uma companhia formada com capitais ingleses e norte-americanos. Os brasileiros não gostaram. Nem o governo brasileiro. Plácido de Castro, um veterano maragato da Revolução Federalista de 1893, liderou os brasileiros numa revolta que acabou proclamando a independência da região. O exército boliviano foi enviado, mas os brasileiros derrotaram as tropas militares.

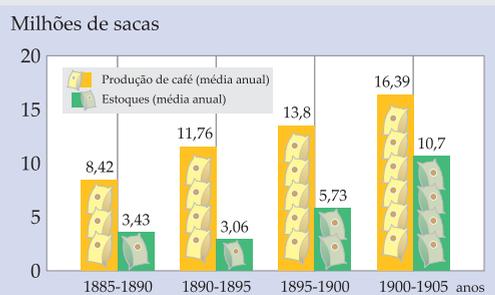
A pendenga somente foi resolvida em novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis entre os dois países. Por esse tratado o Brasil pagaria uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas e se comprometeria a construir uma ferrovia – Madeira – Mamoré – que facilitasse o acesso dos bolivianos ao porto de Santos. Foi mais uma grande vitória do Barão do Rio Branco, que conseguiu, com esse tratado, incorporar o Acre ao Brasil.

Os governadores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, produtores de café, reuniram-se em Taubaté a fim de elaborar um acordo para valorizar o café. De um modo geral, a política de valorização consistia nas seguintes ações: o governo estadual interviria no mercado, comprando os excedentes; o financiamento dessa compra seria feito com empréstimos externos; o serviço (juros) desses empréstimos seria coberto com um novo imposto sobre cada saca de café exportada.

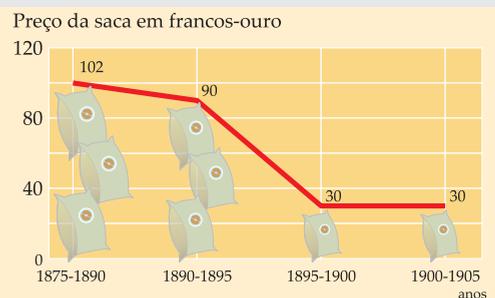
Esse acordo passou a ser chamado de Convênio de Taubaté. O presidente Rodrigues Alves, apesar de ser um grande fazendeiro de café, não apoiou o convênio. Ele achava que esse tipo de providência era apenas uma alternativa superficial e que num futuro próximo os problemas iriam aparecer mais intensos.

O acordo prevaleceu entre os três estados até o final do mandato de Rodrigues Alves para, no governo Afonso Pena, ser assumido pelo governo federal.

Tal como acreditava Rodrigues Alves, esse negócio não iria dar certo. Anos depois, os estoques de café estavam em níveis perigosos. Muito perigosos.



Produção e estoques de café (milhões de sacas)



Preço do café

Os gráficos evidenciam a superprodução de café.

### Exercícios Resolvidos

01. (Cesgranrio-RJ) O governo Rodrigues Alves (1902-1906) foi responsável pelos processos de modernização e urbanização da Capital Federal – Rio de Janeiro. Coube ao prefeito Pereira Passos a urbanização da cidade e ao Dr. Osvaldo Cruz o saneamento, visando a combater principalmente a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Essa política de urbanização e saneamento público, apesar de necessária e modernizante, encontrou forte oposição junto à população pobre da cidade e à opinião pública porque:

a) mudava o perfil da cidade e acabava com os altos índices de mortalidade infantil entre a população pobre.

b) transformava o centro da cidade em área exclusivamente comercial e financeira e acabava com os infectos quiosques.

c) desabrigava milhares de famílias, em virtude da desapropriação de suas residências, e obrigava a vacinação antivariólica.

d) provocava o surgimento de novos bairros que receberiam, desde o início, energia elétrica e saneamento básico.

e) implantava uma política habitacional e de saúde para as novas áreas de expansão urbana, em harmonia com o programa de ampliação dos transportes coletivos.

**Resposta: C**

02. (Fatec-SP) Os textos a seguir se referem à Revolta da Vacina.

*(...) enquanto a vacinação não for levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela igreja, fica o País exposto ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias de varíola e ao despovoamento.*

Spix e Martuis, *Viagens pelo Brasil*

*As pobres mães choravam*

*E gritavam por Jesus*

*Culpado disso tudo*

*É o doutor Osvaldo Cruz*

Versos de presos, coletados por João do Rio, no livro *A alma encantadora das ruas*

A respeito da Revolta da Vacina, afirma-se:

I. Rodrigues Alves governou o Brasil na época do surto da borracha, que, junto com os empréstimos externos, lhe propiciou dinheiro para investir no setor público, ambicionando transformar o Rio de Janeiro na sala de visitas do Brasil.

II. A Revolta da Vacina teve três forças de sublevação: os Jacobinos da Liga contra a Vacina Obrigatória, os oficiais e os cadetes do Exército e a massa popular propriamente dita.

III. Utilizando como pretexto a Revolta da Vacina, as autoridades decidiram abrir caminho para a regeneração, degredando em massa os detentos mais pobres para a Amazônia. Grande número deles, aprisionados sem justificativa e degredados em navios-prisão que os guardavam e conduziam.

Sobre as afirmações, deve-se dizer que:

a) apenas a I é correta.

b) apenas a II e a III são corretas.

c) apenas a I e a III são corretas.

d) apenas a I e a II são corretas.

e) todas estão corretas.

**Resposta: E**

## 4. Afonso Pena e Nilo Peçanha

### 4.1. Afonso Pena

Como passara a ser tradição, o presidente, no último ano de seu mandato, dava início ao processo de sucessão. Dessa forma, Rodrigues Alves indicou a candidatura do paulista Bernadino de Campos, que acabou malogrando em virtude de sua posição reticente em relação à política de valorização do café. O vencedor foi o vice-presidente Afonso Pena, defensor incondicional do Convênio de Taubaté, tanto é que, logo após a sua posse, assinou o compromisso de defender a valorização do café em âmbito federal.

### Rondon e os índios

*O presidente Afonso Pena também pretendia levar o progresso para o interior. Encarregou o general Cândido Rondon de instalar linhas telegráficas no Oeste do país. Para tanto, Rondon manteve contatos com muitas tribos indígenas. Desde o século XVI, pela primeira vez o trato com os homens que formaram a base da sociedade brasileira se fazia de modo pacífico. (...)*

*Rondon instalou linhas telegráficas por toda a região, sempre empregando a técnica de evitar conflitos – mesmo estando mais bem armado que os defensores do território. (...) Convenceu os governantes de que os índios deveriam ser protegidos contra agressões. (...)*

*Em 1910, suas idéias foram aceitas e resultaram na criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), pelo qual se tornou responsável.*

Caldeira, J. *História do Brasil*.

Afonso Pena não era tão mão-de-ferro em questões financeiras e fiscais como era Rodrigues Alves, daí os cafeicultores paulistas terem apoiado sua candidatura. Formou seu ministério que passou a ser chamado de “jardim de infância” com políticos quase desconhecidos e em sua maioria jovens.



Rondon sendo recepcionado pelos índios pianacotis, após vários contatos e aproximações, na fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa.

### 4.2. A Imigração

Um dos aspectos mais importantes do governo Afonso Pena foi o incremento à imigração, cujo objetivo era não só aumentar a oferta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, mas também povoar e ocupar regiões desabitadas do País. Daí o lema de seu governo ter sido: *Governar é povoar*.

Durante o período republicano, o esforço de trazer mão-de-obra estrangeira ficara a cargo dos Estados, sem que houvesse uma política de âmbito federal. Isso provocou uma concentração de imigrantes em São Paulo, único Estado que investia na vinda de imigrantes.

Afonso Pena, por sua vez, desejava ocupar áreas despovoadas, deixando o objetivo da mão-de-obra para segundo plano. Montou, então, um programa para subsidiar passagens e distribuição de terras para os imigrantes e o órgão que colocaria isso em prática seria o Serviço de Povoamento do Solo Nacional. Os resultados foram imediatos. O fluxo migratório acelerou-se e os imigrantes passaram a se dirigir para outros Estados, além de São Paulo, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Paralelamente a isso, o governo federal passou a construir ferrovias a fim de facilitar a criação de núcleos populacionais como também para escoar a produção desses núcleos.

### 4.3. A Águia de Haia

Em 1907 realizou-se em Haia, na Holanda, uma conferência internacional para promover um acerto de interesses que evitasse possíveis conflitos entre países que, na época, disputavam áreas de influência num contexto acirrado do capitalismo imperialista. Convidado a participar juntamente com outras 43 nações, o Brasil enviou uma delegação chefiada por Rui Barbosa.



Rui Barbosa, posando para foto com os membros da delegação brasileira, em Haia. Nessa conferência, Rui Barbosa defendeu a igualdade entre as nações soberanas, rejeitando a pretensão das grandes potências em ter mais direitos que os países menores.

Inicialmente, Rui Barbosa alinhou-se às propostas apresentadas pelos Estados Unidos, destacando-se a proposta sobre a imunidade da propriedade privada no mar. Mas quando entrou em pauta a formação de um Tribunal Permanente de Arbitragem, destinado a resolver pendências internacionais, Rui Barbosa foi contra. Não contra o Tribunal, mas quanto à sua composição: pelo projeto, o Tribunal seria composto por 16 juízes, sendo 9 indicados pelas grandes potências e 6 indicados por oito grupos de países, um deles englobando dez nações da América Latina.

Rui Barbosa reagiu e rejeitou a humilhação a que, principalmente, os Estados Unidos – mentor do projeto – e outras potências tentavam impingir ao Brasil e à América Latina. Rui propunha veementemente a igualdade entre os Estados soberanos. Com esse discurso, Rui Barbosa tornou-se o líder dos países mais fracos e levou a conferência a um impasse. Depois de muito “blá-blá-blá”, aprovou-se apenas uma proposta sugerindo a formação do Tribunal, sem entrar em detalhes sobre sua estrutura.

Consagrado pelos seus conhecimentos de direito internacional, Rui Barbosa voltou ao Brasil como a “Águia de Haia”.

Porém, o principal objetivo dessa conferência, que era assegurar a paz, não se concretizou, pois, em 1914, sete anos depois de sua realização, irrompeu a Primeira Guerra Mundial.

#### 4.4. Nilo Peçanha e a Campanha Civilista

Como era costume, o presidente, no seu último ano de mandato, coordenava o processo sucessório. Afonso Pena passou a apoiar a candidatura de Davi Campista, mineiro como ele, visando dar continuidade à sua política de governo. O senador Pinheiro Machado discordou dessa candidatura e indicou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca.

Foi durante essas discussões políticas que o presidente Afonso Pena faleceu, assumindo o cargo o vice-presidente Nilo Peçanha. Como presidente da República, Nilo Peçanha anunciou seu apoio ao Marechal Hermes da Fonseca. E vejam só: o candidato que era de oposição passou a ser de situação.



A oligarquia paulista, enquanto isso, estava desesperada à procura de um nome alternativo para disputar as eleições, quando o Partido Republicano da Bahia lançou a candidatura de Rui Barbosa. O PRP, então, resolveu apoiar Rui Barbosa, afastando-se do PRM e, assim, desfez, pelo menos por algum tempo, a “política café-com-leite”.

A candidatura de Rui Barbosa, no entanto, parecia ser uma causa perdida, apesar do apoio da forte oligarquia paulista e dos discursos e conferências proferidos por Rui Barbosa. Entre o dia 3 de outubro de 1909 e o dia 1º de março de 1910, Rui Barbosa percorreu vários Estados, pronunciando 15 discursos, dez alocações e oito conferências. Isso nunca ocorrera no Brasil, pois era costume simplesmente assistir às eleições previamente decididas nos conchavos palacianos.

Por outro lado, as camadas populares também não entendiam muito bem o linguajar intelectual de Rui Barbosa, apesar de ele propor o voto secreto como condição primordial para o exercício da cidadania.

Mas a Campanha Civilista, contrapondo-se à militarista de Hermes da Fonseca, serviu, pelo menos, para quebrar a rotina e o marasmo da política feita na época. Assim, graças aos recursos do governo, o Marechal Hermes da Fonseca elegeu-se presidente da República.

## 5. Hermes da Fonseca

A política café-com-leite que vinha desde Campos Sales sofreu seu primeiro abalo com a Campanha Civilista de Rui Barbosa e posterior vitória do marechal Hermes da Fonseca. Serviu para quebrar a rotina e o marasmo da política dos gabinetes, para sair às ruas e também mostrar que a política café-com-leite tinha suas fragilidades.

Ao assumir a presidência, o marechal Hermes não podia, ainda, imaginar as encrencas que ele iria ter.

### 5.1. A Revolta da Chibata

Na manhã do dia 22 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes foi levado ao convés do encouraçado Minas Gerais para receber a sua punição por haver bebido e brigado com outro marinheiro. Amarrado ao mastro, passou a receber as chibatadas, que deveriam ser em número de 250. Ao começarem os golpes, os tambores rufaram para abafar os berros do supliciado e, também, dar um aspecto – oficial – ou ritual ao evento macabro.

## Exercícios Resolvidos

01. (FCC-SP) Durante o Governo de Afonso Pena (1906-09), o Brasil fez-se representar na Segunda Conferência Internacional de Paz, em Haia (1907), por Rui Barbosa, que defendeu:

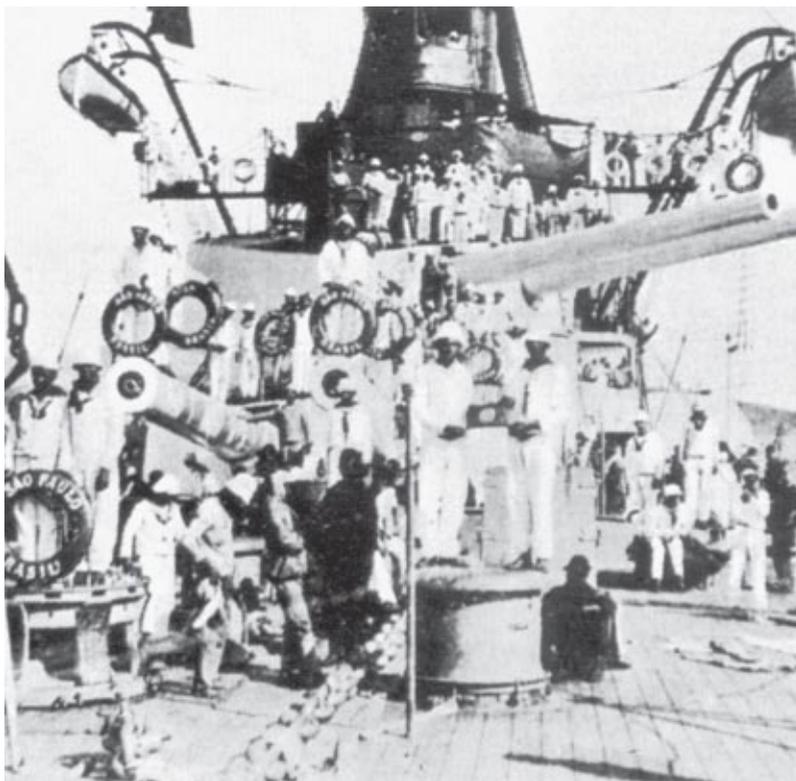
- a) a ampliação do mar territorial a fim de proteger as nações subdesenvolvidas.
- b) a política pan-americana exposta na doutrina elaborada na Presidência de Monroe.
- c) o princípio da igualdade de direitos das pequenas nações em relação às grandes potências.
- d) a criação de uma instituição nos moldes da Liga das Nações para garantia da Paz Mundial.
- e) a formação de um Mercado Comum na América Latina para favorecer o seu desenvolvimento econômico.

**Resposta: C**

02. O que foi a Campanha Civilista?

**Resposta**

*Foi a campanha feita por Rui Barbosa, como candidato à presidência da República, em oposição à candidatura do marechal Hermes da Fonseca.*



Marinheiros amotinados posam para uma foto no encouraçado São Paulo durante a Revolta da Chibata. Juntamente com o Minas Gerais, o encouraçado São Paulo era um dos mais modernos da época, existindo apenas quatro; os outros dois eram da marinha britânica. A diferença estava nos marinheiros: enquanto que os ingleses eram tratados como cidadãos, os brasileiros eram tratados praticamente como escravos.

A chibatada era o que de pior existia para os marinheiros brasileiros, que ainda eram obrigados a trabalhar pesado, com baixos salários, disciplina rigorosa e alimentação insuficiente.

O estado de semi-escravidão dos marinheiros tornou-se ainda mais intolerável quando o governo comprou dois encouraçados da Inglaterra, os mais modernos da época, só existindo quatro no mundo: dois na própria Inglaterra e os dois adquiridos pelo Brasil (batizados de *São Paulo* e *Minas Gerais*, em homenagem à política café-com-leite). Durante o treinamento recebido na Inglaterra para o manejo dos modernos encouraçados, os marinheiros brasileiros entraram em contato com os marinheiros ingleses, bem tratados, politizados e organi-

zados, e concluíram que era chegada a hora de mudarem as coisas na Marinha do Brasil.

Assistindo às chibatadas, os marinheiros decidiram que era chegada a hora de colocar em prática as conversas que vinham tendo há muito tempo.

Às 22 horas, os marinheiros do Minas Gerais, liderados por João Cândido Felisberto, tomaram o encouraçado após imobilizar os oficiais. Quase simultaneamente, as tripulações de outros navios, como o São Paulo, o Deodoro e o Bahia, também se revoltaram. A tomada desses navios pelos marinheiros foi violenta e sangrenta, com lutas corpo-a-corpo e o uso de espadas, baionetas e machadinhas. Ao verem os mortos no chão dos navios, os oficiais se renderam e desembarcaram.



O marinheiro João Cândido, conhecido como o "Almirante Negro", é escoltado para a prisão.

Em seguida, os marinheiros enviaram uma mensagem ao presidente Hermes da Fonseca (que, tranqüilamente, assistia à ópera *Tanhäuser*, de Wagner, no Clube da Tijuca) e ao ministro da Guerra, exigindo o fim da chibata, a diminuição dos trabalhos, melhores condições de vida e o aumento dos vencimentos.

No Ministério da Guerra e no Congresso foram debatidas as medidas possíveis de serem tomadas. *Se o governo não dispunha de meios para tranqüilizar o País*, disse Rui Barbosa, *em tal caso, o que a prudência, a dignidade e o bom senso lhe aconselham é a submissão às circunstâncias do momento*. Somente Rui e outros poucos defenderam os marinheiros nos órgãos parlamentares, enquanto a oficialidade pretendia boicotar o projeto de anistia discutido no Ministério. Para não parecer que esta fora dada sob pressão, e como forma de conciliação necessária, os marinheiros aceitaram depor as armas, sendo imediatamente aprovada a anistia, que acabaria não sendo cumprida.

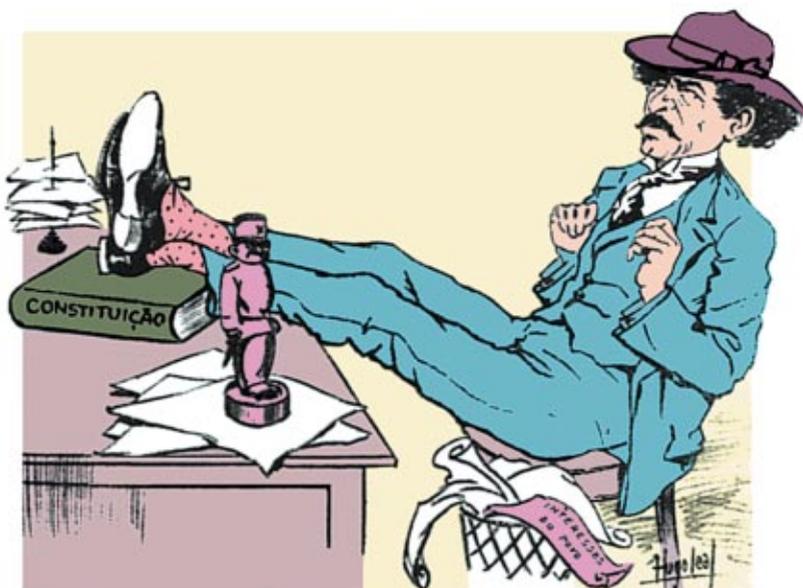
Não foi cumprida porque, dois dias depois, o governo decretou a expulsão, da Marinha, de alguns dos marinheiros revoltosos. Outros foram presos em celas feitas no chão do presídio da Ilha das Cobras (entre eles João Cândido), onde, posteriormente, com requintes de perversidade, jogaram cal por cima. O restante foi deportado para a Amazônia, a bordo do navio Satélite, e nove deles foram fuzilados e atirados ao mar.

João Cândido sobreviveu à prisão e foi trabalhar como estivador nas docas do Rio de Janeiro. No dia em que o "seu navio" Minas Gerais virou sucata, ele pegou um barco e foi ao mar despedir-se do encouraçado. Após a sua morte, na década de 1960, o cantor e compositor João Bosco homenageou-o com a canção *O mestre-sala dos mares*, onde João Cândido é "o navegante negro que tem por monumento as pedras pisadas do cais".

## 5.2. As Salvações

Durante a sua campanha, o marechal Hermes da Fonseca prometia acabar com as oligarquias que travancavam a democracia e o desenvolvimento do País. Para isso, foi apoiado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado e pelos militares; o primeiro queria, na verdade, tirar de circulação alguns políticos inimigos do PRP, enquanto que os militares pressionavam para implantar uma moralização na vida pública, que redundaria em um grande fiasco.

Pinheiro Machado fundou o Partido Republicano Conservador, de caráter nacional, e, em seguida, tentou provocar uma intervenção federal em São Paulo. Mas o governador paulista Albuquerque Lins e o PRP organizaram batalhões patrióticos e mobilizaram a Força Pública — atual Polícia Militar — que consistia numa organização militar respeitável. Diante disso, o governo federal recuou e desistiu.



Caricatura do senador Pinheiro Machado, o mais importante político da época, pois “metia o bedelho” em tudo. Foi o grande responsável pela encrenca ocorrida na política café-com-leite quando da eleição do marechal Hermes da Fonseca e também pela sua influência na chamada “política das salvações”. Repare o seu “respeito” pela Constituição, pelos interesses do povo (no lixo) e também sua pose de “durão”.

As “salvações”, no entanto, tiveram algum êxito no Nordeste, como, por exemplo, em Pernambuco, com o general Dantas Barreto, que depôs Rosa e Silva, e na Bahia, possibilitando a posse de J. J. Seabra, após muitas pancadas e tiros.

A encrenca maior dessa “política das salvações” foi no Ceará, que desencadeou a revolta de Juazeiro, também conhecida como Revolta do padre Cícero.

### 5.3. A Revolta de Juazeiro

A revolta que ocorreu no Ceará, em 1914, não pode ser entendida como se fosse simplesmente uma consequência das “salvações” empreendidas pelo presidente Hermes da Fonseca e pelo todo-poderoso senador Pinheiro Machado. Tal revolta relaciona-se, inicialmente, à estrutura pré-capitalista que vigorava na região e à sua crise frente às transformações econômicas promovidas pela burguesia comercial e pela política nacional.



Floro Bartolomeu, agachado, enquanto a jagunçada atira nas tropas do governo, durante a chamada “política das salvações”, no governo do marechal Hermes da Fonseca. O padre Cícero apoiou Floro Bartolomeu na Revolta de Juazeiro.

Dessa forma, quando o governo federal interveio no Ceará para afastar a oligarquia Acioli, o coronel Floro Bartolomeu buscou o padre Cícero, famoso na região como Padim Ciço e milagreiro, para protestar contra o governo federal.



Pessoas de todo o Nordeste chegam para ver o Padim Ciço. A maioria procura um milagre, como o rapaz à esquerda na foto, apoiando-se numa muleta. A fama de “santo” começou quando, ao dar uma hóstia a uma mulher, ela começou a pôr sangue pela boca (ela era tuberculosa). Em seguida, as beatas espalharam o “milagre” pelo sertão. Daí em diante, o prestígio do padre Cícero cresceu tanto que nenhum político deixava de ir pedir sua bênção. Tornou-se “o coronel de batinas”.

Armados, milhares de sertanejos, orientados pelo “milagreiro” padre Cícero, conhecido mais tarde como “Coronel de Batinas”, envolveram-se em uma luta que não era deles, mas sim dos coronéis da região. A violência foi tal que o governo federal cedeu e retirou o interventor que havia colocado e devolveu o poder à antiga oligarquia dos Acioli. Quanto ao padre Cícero, conseguiu não só influência política como também vários latifúndios. O seu prestígio de milagreiro junto às massas sertanejas aumentou e, ainda hoje, é reverenciado como “santo” no Nordeste.

#### 5.4. A Sucessão

O governo de Hermes da Fonseca não cumpriu suas promessas de modificar o panorama político do País. O próprio marechal Hermes admitiu isso no final de seu governo: “A minha plataforma, que foi um brado sincero dos meus intuitos patrióticos, não a realizei! Tarde reconheci o mal enorme que representou para mim a minha boa intenção de ferir de morte as oligarquias.

*Passsei pela triste decepção de verificar que ‘amigos’ meus o eram mais dos oligarcas”.*

Além disso, estava terminando em meio a uma tremenda crise econômica. A prosperidade iniciada no governo de Rodrigues Alves estava acabando, pois as exportações, principalmente as do café e da borracha, estavam declinando. Os rumores de uma guerra na Europa — que depois se tornaria mundial — provocavam a retração dos capitais europeus e, conseqüentemente, uma diminuição dos investimentos estrangeiros no País. Pinheiro Machado, responsável pela articulação da candidatura do marechal Hermes da Fonseca e o político que mais influenciou na chamada “política das salvações”, parecia o candidato natural à sucessão de Hermes da Fonseca.

Os políticos paulistas, entretanto, ergueram-se contra a sua candidatura, pois não haviam esquecido sua intromissão na indicação de Hermes nem perdoado a sua tentativa de intervenção no Estado em 1911. Para

agradar aos mineiros e fazer voltar a velha política café-com-leite, indicaram o vice-presidente Venceslau Brás, que acabou vencendo as eleições.

### Exercícios Resolvidos

01. (FAAP-SP) Governou com os militares e a preponderância de Pinheiro Machado, e seu governo foi marcado pela disputa política e pela instabilidade. Houve choques armados nos Estados, decorrentes da política das salvaçãoes, tentativa de neutralização do pinheirismo através da derrubada de governadores da oposição. A Revolta da Chibata foi o levante dos marinheiros contra os maus-tratos e a má alimentação, que culminou com o amotinamento dos couraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”.

- a) Epitácio Pessoa
- b) Hermes da Fonseca
- c) Artur Bernardes
- d) Rodrigues Alves
- e) Afonso Pena

**Resposta: B**

02. (UFMG-MG) Leia o texto.

#### O mestre-sala dos mares

João Bosco e Aldir Blanc

*Há muito tempo nas águas da Guanabara  
o dragão do mar reapareceu  
na figura de um bravo feiticeiro  
a quem a história não esqueceu  
conhecido como navegador negro  
tinha a dignidade de um mestre-sala  
e ao acenar pelo mar  
na alegria das regatas  
foi saudado no porto  
pelas mocinhas francesas  
jovens polacas e por batalhões de mulatas  
rubras cascatas jorravam das costas  
dos centros entre cantos e chibatas*

*inundando coração, do pessoal do porão  
e a exemplo do feiticeiro gritava então  
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias  
Glória à farofa, à cachaça, às baleias  
Glória a todas as lutas inglórias  
que através da nossa história  
não esquecemos jamais  
Salve o navegante negro  
que tem por monumento  
as pedras pisadas do cais.*

A música anterior se refere ao movimento dos marinheiros brasileiros conhecido como Revolta da Chibata, em reação aos castigos físicos e às condições de trabalho degradantes. Assinale a alternativa diretamente referida ao contexto em que ocorreu esse movimento.

a) A avaliação, pelos meios operários, dos soldados e marinheiros como aliados em uma revolução social.

b) A inviabilidade do exercício da repressão por parte do governo central aos movimentos populares no início da República.

c) A regulamentação pelo poder militar das relações conflituosas entre os ex-escravos e seus patrões.

d) A adoção de uma política institucional para veicular uma imagem de população ordeira e de uma sociedade sem conflitos nos primeiros anos da República.

**Resposta: A**

## 6. Venceslau Brás

Findo o governo do marechal Hermes da Fonseca, a política do café-com-leite retornou. Mesmo abalada pelos golpes da campanha civilista e pela ação das “salvaçãoes”, ela ainda respirava. Todavia, as “salvaçãoes” fracassaram e o poder político do senador Pinheiro Machado desgastou-se.

O desgaste ficou visível quando o candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Feliciano Sodré, apoiado pelo senador, per-

deu as eleições para Nilo Peçanha. Nilo Peçanha venceu, mas não pôde tomar posse, pois a Assembléia Legislativa, controlada por Pinheiro Machado, era contra. Nilo Peçanha só conseguiu tomar posse graças à intervenção do presidente Venceslau Brás. Pinheiro Machado foi derrotado mais uma vez; porém, ele ainda conseguia aporrinhar muita gente, até que alguém resolveu pôr um fim à questão: assassinando-o. No dia 15 de setembro de 1915, Pinheiro Machado descia a escadaria do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, quando foi apunhalado várias vezes por Francisco Manso de Paiva, certamente contratado por seus inimigos políticos.



Cerimônia fúnebre do senador Pinheiro Machado, assassinado em 15 de setembro de 1915, nas escadarias do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro. Desaparecia, assim, uma das figuras mais importantes da política nacional, durante a República Velha.

Apesar do desaparecimento do poderoso senador Pinheiro Machado, o governo do presidente Venceslau Brás não foi um mar de rosas. Quando assumiu o governo, já estava em andamento a Guerra do Contestado, no sul do país.

### 6.1. A Guerra do Contestado (1912-1916)

Quinze anos após a destruição de Canudos, um novo movimento messiânico, igualmente ligado ao problema da terra e da miséria, ocorreu no interior do Brasil. Só que em vez de acontecer num sertão inóspito, ocor-

reu numa região de vegetação abundante e de terras férteis. O local situava-se entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, em uma área de 48 000 km<sup>2</sup> disputada pelos dois Estados. Daí o nome de “Contestado”.

Além da disputa da área pelos dois Estados, acrescenta-se, ainda, mais um fator complicador: o empresário norte-americano Percival Farquhar iniciou, em 1908, a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul com sua empresa Brazil Railway Company. Ao mesmo tempo, implantou um projeto de colonização para imigrantes europeus e uma serraria, a Southern Brazil Lumber & Colonization. Para isso, o governo brasileiro cedeu-lhe o direito de propriedade de uma faixa de terra de 15 km de cada lado da ferrovia.

Nessa imensa faixa de terra cedida pelo governo, moravam e trabalhavam milhares de posseiros os quais, em vista do projeto de colonização e construção da ferrovia, foram expulsos das terras que ocupavam. Por outro lado, centenas de serradores e madeireiros ficaram arruinados em razão da concorrência da serraria de Percival Farquhar, que usava técnicas modernas na extração e no corte dos troncos.

Essa situação desenvolveu, entre a população prejudicada, a esperança de uma justiça divina, manifestada por meio de um enviado de Deus, ou seja, de um messias. O fato de certa população prejudicada buscar solução por intermédio do messianismo pode ser explicado pela ignorância e pelo abandono que sofre por parte dos órgãos do governo.

A região do Contestado escutava, desde 1844, história de que certa vez um monge, conhecido por João Maria, andou fazendo milagres e, de repente, desapareceu sem deixar pistas. Por volta de 1894, outro beato, também chamado João Maria, surgiu na região, ganhando inúmeros seguidores para, logo depois, desaparecer também. Assim consolidou-se o mito de seu retorno glorioso. Quatro anos depois, apareceu um novo beato chamado José Maria; para a população miserável e desprotegida, ele era o

messias João Maria, que voltava com outro nome. Seus seguidores formaram uma comunidade conhecida como “Monarquia Celeste” e José Maria dizia que o rei D. Sebastião, de Portugal, com seu exército encantado empreenderia uma guerra santa contra os poderosos, em favor dos pobres.

Espalhou-se, dessa maneira, o boato de que os “fanáticos” desejavam reimplantar a Monarquia no Brasil. Entretanto, o que realmente ocorreu foi o receio dos coronéis e da oligarquia diante do movimento popular.

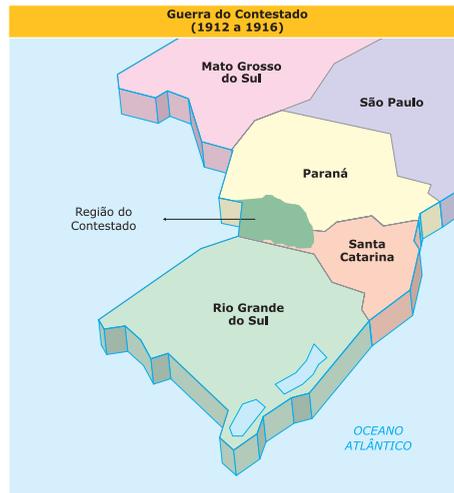


Os fazendeiros mais fracos aliaram-se ao “monge” José Maria, engrossando ainda mais os exércitos divinos. Nas primeiras escaramuças, alguns caboclos do exército de José Maria foram presos e tiveram seus cabelos cortados. Em solidariedade, todos os outros decidiram raspar suas cabeças e passaram a ser chamados de “pelados”, enquanto os inimigos receberam o apelido de “peludos”.

Ainda durante o governo de Hermes da Fonseca, foram enviadas algumas expedições militares, mas todas foram derrotadas pelos “pelados”. Numa delas, o “monge” José Maria foi morto, porém, entre seus fiéis desenca-

deu-se um misticismo ainda maior, aumentando o fanatismo e a violência da população em defesa das terras.

Em 1915, o governo, temendo uma repetição de Canudos, enviou uma expedição militar composta por sete mil soldados sob o comando do general Setembrino de Carvalho, contando com poderosa artilharia e também aviões que bombardearam incessantemente os redutos dos crentes, cuja resistência só foi aniquilada em maio de 1916, quando Adeodato, o último dos chefes “pelados”, caiu prisioneiro. Terminaria, assim, a Guerra do Contestado, com um saldo de vinte mil mortos.



Guerra do Contestado 1912-1916

### 6.2. O Brasil e a Primeira Guerra Mundial

Ao iniciar a Primeira Guerra Mundial, o Brasil manteve uma posição de neutralidade, porém, com o afundamento de alguns navios mercantes brasileiros, o presidente Venceslau Brás foi obrigado a rever essa posição.



A Europa Conflagrada

Em janeiro de 1917, o governo alemão notificou o Brasil de que havia estabelecido um bloqueio naval ao redor da Inglaterra e nos litorais da França e da Itália. Em abril do mesmo ano, submarinos alemães afundaram o navio mercante Paraná, no Mediterrâneo. Em maio, foi afundado o Tijuca.

O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e apreendeu navios alemães que se encontravam ancorados em portos brasileiros. Os ânimos no Brasil se exaltaram. Poetas, escritores, políticos passaram a defender a participação do Brasil na guerra. Olavo Bilac, conhecido nacionalista, fundou a Liga de Defesa Nacional.



O presidente Venceslau Brás, depois de muito quiproquó, assina a declaração de estado de guerra contra as potências centrais – Alemanha e Império Austro-Húngaro. O Brasil enviou uma equipe médica e sua marinha patrulhou o Atlântico, do Brasil até o litoral da África.

Em outubro, foi torpedeado o navio Macau, no litoral da Espanha – foi o fator determinante para o presidente Venceslau Brás declarar o país em “estado de guerra” contra as potências centrais, aliando-se aos Estados Unidos.

Entretanto, o Brasil não entrou em combates, participando apenas com o patrulhamento do litoral brasileiro e da costa africana, com a Divisão Naval em Operação de Guerra comandada pelo almirante Pedro de Frontin.

Porém, a importância maior da guerra foram as consequências que trouxe para a economia brasileira.

### 6.3. A Industrialização

As primeiras fábricas, se é que podemos chamar assim, surgiram na segunda metade do século XIX, em decorrência da Tarifa Alves Branco, da abolição do tráfico de escravos que liberou capitais e da atuação do Barão de Mauá.



Em março de 1900, Francisco Matarazzo inaugurou, no bairro paulistano do Brás, o primeiro moinho de trigo do país; a partir desse momento, suas atividades industriais não pararam de crescer.

Na passagem para o século XX, a cidade de São Paulo passou a crescer em ritmo acelerado, impulsionada pelo afluxo de imigrantes. Conforme o historiador Boris Fausto, *a cidade oferecia campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados “mestres italianos”, aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico. A capital paulista era também o*



*grande centro distribuidor dos produtos importados, o elo entre a produção cafeeira e o porto de Santos e a sede do governo. Aí se encontravam a sede dos maiores bancos e os principais empregos burocráticos.*

Dessa forma, a cafeicultura foi o meio pelo qual foi possível acumular capitais e investir na produção industrial. Estimulou as transações em moeda e o crescimento da renda e, conseqüentemente, de um mercado consumidor; além disso, promoveu investimentos em ferrovias, possibilitando o alargamento e, ao mesmo tempo, a integração desse mercado consumidor.

As indústrias que surgiram eram basicamente de tecidos e alimentos, fazendo aquilo que passou a ser conhecido como “substituição de importações”, isto é, produzir aqui o que era importado.

A substituição de importações foi fortemente acelerada durante a Primeira Guerra Mundial, gerando um grande surto industrial. Segundo o censo de 1920, naquele ano havia 13 336 unidades fabris e 275 512 operários, concentrados, principalmente, em São Paulo.

*É bom ressaltar que a industrialização brasileira não nasce como substitutiva de importações, em decorrência das crises internacionais, tais como, guerras e depressões conjunturais. Em duas tabelas, apresentadas por Stein (1979:195) e Suzigan (1986:354-365), pode-se observar que a importação de maquinaria industrial, não só em termos de quilos (Stein) como em termos de libras esterlinas (Suzigan), reduz-se justamente na época das crises. A indústria brasileira nasce, fundamentalmente, a partir de capitais nacionais e aproveitando-se de condições favoráveis internamente. O que ocorre, em épocas de crises, é a utilização plena da capacidade instalada, e não a criação ou ampliação em número das unidades fabris de produção.*

Monteiro, H. de M. – *Da República Velha ao Estado Novo*, in: *História Geral do Brasil*.

O censo de 1920 mostrou também que, entre os vários ramos industriais desenvolvidos, o que mais se destacou foi o de carnes congeladas. A Guerra (1914-1918) colaborou bastante para o seu crescimento, estimulando

do a produção e a exportação brasileiras. Esse setor estava praticamente dominado por grandes frigoríficos estrangeiros, como Armour, Swift, Anglo e Wilson.

Aproveitando-se de vantagens existentes, várias empresas estrangeiras estabeleceram subsidiárias no Brasil, a fim de montar produtos trazidos por elas e, dessa forma, livraram-se de alguns impostos, o que permitia uma lucratividade maior ao vender no mercado nacional.

Na década de 1920, começaram a aparecer as primeiras indústrias de base de certa relevância. Incentivadas pelo governo, surgiram, em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira e, em São Paulo, a Cia. de Cimento Portland. Ao mesmo tempo, com a experiência e capitais acumulados durante a Primeira Guerra Mundial, foi possível que pequenas oficinas se transformassem em indústrias de máquinas e equipamentos.

#### 6.4. A Formação da Classe Operária

As primeiras fábricas brasileiras foram criadas durante o Império, mas sua importância social e econômica era pequena; foi no início da República que o processo de industrialização ganhou fôlego e tornou-se um componente considerável da economia nacional. O número de operários que em 1889 era de mais ou menos 54 000, em 1920, já atingira cerca de 275 000 e continuou aumentando nos anos seguintes.

A industrialização criou duas novas classes sociais: a burguesia industrial e o proletariado. A burguesia industrial brasileira tem origem no campo, trata-se de uma parcela da aristocracia rural, sobretudo do baronato do café que, no final do século XIX, passou a investir também no setor industrial. Alguns poucos imigrantes tornaram-se capitães de indústria, como foi o caso de Matarazzo e Crespi, mas a maioria dos investidores no setor industrial eram fazendeiros. Como por exemplo, Antonio Prado que era proprietário de seis milhões de pés de café, e seus in-

vestimentos abrangiam o Frigorífico de Barretos, a Vidraria Santa Marina, o Banco Indústria e Comércio e a Estrada de Ferro Santos – Jundiá.

Os primeiros grupos de operários foram formados por imigrantes que vieram para o Brasil com o objetivo de trabalhar nas fazendas de café. Os trabalhadores eram portugueses, espanhóis e italianos, com predomínio deste último grupo. Na Europa, esses homens já haviam experimentado o trabalho fabril e vivido os conflitos de interesses que opõem a burguesia ao proletariado. Tinham igualmente a consciência política forjada na luta entre o Capital e o Trabalho.

Os industriais brasileiros, pela sua origem rural, habituados que foram durante quatrocentos anos a serem donos dos seus trabalhadores, tinham dificuldade de se adaptar ao trabalho assalariado, que substituiu a escravidão, no qual o trabalhador é livre e é natural que lute para melhorar suas condições de vida. Por outro lado, a sociedade brasileira recebeu um contingente de trabalhadores estrangeiros com idéias políticas já amadurecidas, habituados a lutar por seus direitos. Naturalmente, o encontro dessas duas razões tão diferentes só poderia resultar em muito conflito, em muita violência.

### 6.5. Anarquistas e Socialistas

O movimento operário brasileiro no começo do nosso século foi influenciado pelo socialismo e pelo anarquismo. As duas correntes são doutrinas de esquerda que pregam o fim da sociedade capitalista burguesa, mas divergem quanto à organização que viria com o fim do estado burguês. Enquanto os socialistas acreditam na propriedade social dos meios de produção como instrumento para se chegar ao comunismo, isto é, à sociedade sem luta de classes, os anarquistas pregam a autogestão e o fim absoluto do Estado, pois acreditam que qualquer forma

de governo é origem de males sociais. Até o início da década de 1920, houve predomínio da tendência anarquista, sobretudo anarcossindicalista. Como na teoria anarquista o Estado não deve existir, a sociedade precisa se organizar em pequenos grupos com autogestão; o anarcossindicalismo defende que a organização seja feita por sindicatos de trabalhadores. Depois de 1920, o comunismo ganhou força graças à implantação do regime na Rússia.

Os imigrantes europeus que formaram os primeiros grupos de operários brasileiros, já traziam de seus países de origem a prática da luta política como meio de conseguir melhores condições de existência. Sabiam se organizar em sindicatos, editar jornais operários e promover greves; essa experiência foi passada para os operários brasileiros e, mesmo quando a classe passou a ter predomínio de trabalhadores nacionais, a prática política não desapareceu. Algumas categorias, como os gráficos, tinham por costume treinar o aprendiz tanto na arte profissional como na participação política, e aqueles que se recusavam a tomar partido na luta de classes eram discriminados pelos próprios companheiros.

### 6.6. A Greve de 1917

Ainda com maioria anarcossindicalista, o movimento operário realizou em 1917 um dos maiores movimentos populares da nossa história. Revelando que a consciência operária não era privilégio das vanguardas militantes, os operários aderiram à greve antes mesmo da convocação sindical. A paralisação começou em junho de 1917 no Cotonifício Crespi, em São Paulo, com os grevistas reivindicando aumento de salário. A situação econômica havia se agravado para as classes pobres porque o Brasil exportava grande parte do alimento produzido aqui para os países europeus que estavam em guerra, e a falta de mercadorias fez os preços subirem muito acima dos aumentos salariais. O setor da fábrica Crespi



onde começou a greve era formado apenas por mulheres, as primeiras a perceberem que a fome rondava as casas dos operários.



Operários em greve na porta das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Paulo. A greve de 1917 teve caráter nacional e contou com a adesão de cerca de 70 mil operários.

A princípio, a greve foi setorizada, atingindo poucos estabelecimentos. Num comício de grevistas realizado no centro da cidade, a polícia matou um operário anarquista, o que fez aumentar a revolta popular e a adesão à greve. No dia do enterro do operário, aconteceram tantas manifestações violentas que a polícia não conseguiu reprimir a revolta.

A paralisação atingiu as cidades do interior do estado e o setor de transportes; entre os dias 12 e 15 de julho de 1917 São Paulo ficou paralisada. A desordem se generalizou, houve saques, depredações, piquetes, muitos comícios e violências, tanto dos grevistas como da polícia.

A burguesia empresarial, percebendo a seriedade do conflito e contabilizando o prejuízo que estava sofrendo com a paralisação, propôs um acordo, com o compromisso de conceder aumento salarial de 20%, ao mesmo tempo em que o governo estadual daria anistia aos operários presos. A proposta foi aceita, e no dia 16 os operários voltaram ao trabalho. Essa vitória importante não significou a solução dos problemas vividos pelo proletariado; o aumento de 20% rapidamente foi consumido pela inflação. Outros direitos importantes, como descanso semanal, diminuição da jor-

nada diária, regulamentação do trabalho das crianças etc, ficaram de fora do acordo de 1917.

### 6.7. A Sucessão

As transformações econômicas e sociais que estavam acontecendo no país em decorrência da Primeira Guerra Mundial, o surto industrial e o desenvolvimento do operariado ainda não haviam atingido as bases das estruturas políticas. Tanto é que na sucessão presidencial, venceu, folgadoamente, a chapa formada por Rodrigues Alves (paulista) e Delfim Moreira (mineiro). Portanto, o café-com-leite ainda conseguia manter-se no poder. Mas não seria por muito tempo.

Rodrigues Alves, acometido pela gripe espanhola, que na época estava matando milhares de pessoas, faleceu antes da posse. Delfim Moreira, conforme preceito constitucional, assumiu o governo e convocou novas eleições. Aí a coisa complicou. Não houve consenso entre paulistas e mineiros quanto ao candidato: os mineiros diziam que era a vez deles, pois Rodrigues Alves era paulista; os paulistas retrucavam dizendo que Rodrigues Alves nem sequer havia tomado posse, logo não governou, e os mineiros, no repente, diziam: “se morreu, problema de vocês, agora é a nossa vez!”



Epitácio Pessoa foi eleito no pleito realizado para a sucessão de Rodrigues Alves, falecido antes da posse, em 1919.

Depois de muita discussão, resolveram indicar um “tertius”, o paraibano Eptácio Pessoa, na época com bastante prestígio, graças à sua presença na Conferência de Paz, em Paris. Rui Barbosa, candidato em 1910 – com a Campanha Civilista – e em 1914, resolveu apresentar-se como candidato e enfrentar Eptácio Pessoa. E outra vez é derrotado.

### Exercícios Resolvidos

01. (Cesgranrio-RJ) A industrialização brasileira no início do século XX é definida como um “processo de substituição de importações”, como pode ser observado na:

a) relação entre o crescimento da indústria e o declínio das vendas do café, após o Convênio de Taubaté.

b) instalação de empresas multinacionais no Brasil, desde o século XIX, atraídas pelo fim da escravidão.

c) adoção de políticas protecionistas, desde o Império, tornando proibitivas as importações.

d) transferência maciça de mão-de-obra industrial e capitais norte-americanos para o Brasil.

e) expansão industrial, durante a Primeira Guerra Mundial, quando ficaram restritas as importações pelo Brasil.

**Resposta: E**

02. (PUC-SP) Indique dois fatores da Guerra do Contestado.

**Resposta**

*Disputa de uma região pelos Estados do Paraná e Santa Catarina; expulsão de posseiros de terras que foram adquiridas por uma empresa norte-americana; e messianismo.*

## 7. Eptácio Pessoa

O paraibano Eptácio Pessoa foi o nome de consenso escolhido por paulistas e mineiros em decorrência do impasse surgido com a morte do presidente eleito Rodrigues Alves. Conforme a Constituição, caso o eleito não tivesse ocupado o governo por dois anos e um dia (50% mais um dia), deveriam ser realizadas novas eleições. Eptácio Pessoa teve

249.324 votos contra 118.303 dados a Rui Barbosa, que ao tentar mais uma vez a presidência da República, fracassou.

Ao formar seu ministério, Eptácio Pessoa arrumou encrenca com os militares: nomeou dois civis para as pastas militares. Para o ministério da Guerra nomeou Pandiá Calógeras, e para a Marinha, Raul Soares. A oficialidade não gostou nem um pouco, pois esses ministérios sempre foram ocupados por militares. O general Cardoso de Aguiar declarou que “as nomeações não satisfaziam as aspirações do Exército”.

Por outro lado, Eptácio Pessoa constata-va que a prosperidade que ainda reinava era conseqüência da Primeira Guerra Mundial e que, fatalmente, haveria mudanças na realidade econômica. A Europa, reconstruindo as suas indústrias e sua economia, diminuía gradativamente suas importações do Brasil. Assim, começaram a cair as exportações e os cafeicultores e negociantes começaram a se alarmar. Em princípio de 1921, quase dois anos antes do término do mandato presidencial de Eptácio Pessoa, os chefes políticos passaram a conversar sobre a sucessão. Essa antecipação representava, sem dúvida, a falta de habilidade de Eptácio Pessoa.

### 7.1. A Sucessão e a Reação Republicana

Os políticos de São Paulo e Minas Gerais reuniram-se para lançar um candidato do café-com-leite. Foi escolhido o mineiro Artur Bernardes, que fora governador do Estado de Minas Gerais.

Alguns setores políticos não gostaram e os militares também mostraram descontentamento. O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, chegou a ser acusado de subverter as normas militares e de causar a desunião do Exército, atirando seus chefes uns contra os outros. No Rio Grande do Sul, o governador Borges de Medeiros não gostou da imposição do nome de Artur Bernardes, que dava continuidade à política café-com-leite. Logo em seguida, Pernambuco e Bahia também romperam com a candidatura oficial.



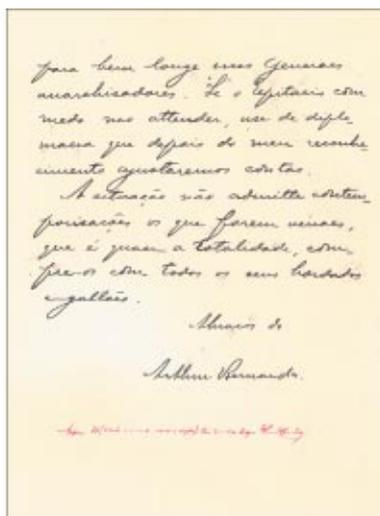
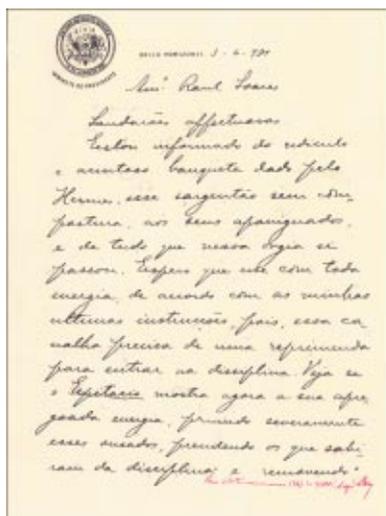
Nilo Peçanha, ex-presidente, candidato fluminense, conseguiu a adesão dos Estados descontentes e lançou sua chapa composta com J.J. Seabra, para a Vice-Presidência: estava, assim, constituída a Reação Republicana, uma espécie de aliança dos Estados médios contra os grandes. Não havia programa político, administrativo ou ideológico, mas apenas ambições pessoais; revelava, porém, um descontentamento contra a política café-com-leite praticada pelos grandes Estados.



Os humoristas da época se divertiam, como os de hoje, com as peripécias dos políticos. Aqui, Nilo Peçanha e sua "patota", em trajes carnavalescos, desfilam com a bandeira da Reação Republicana. E onde há políticos, quase sempre há ratos.

A campanha da Reação Republicana colaborou para aumentar a tensão política e Artur Bernardes passou a ser injuriado pela imprensa e por políticos da oposição. Nunca, salvo no tempo do marechal Hermes da Fonseca, um candidato foi mais maltratado e ridicularizado que o carrancudo Artur Bernardes, o "seu Mé", das canções populares daqueles tempos.

Para piorar a situação, surgiram as tais "cartas falsas": o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou, no dia 9 de outubro de 1921, uma carta supostamente escrita por Artur Bernardes a Raul Soares, líder da bancada mineira no Congresso e ex-ministro da Marinha, com expressões insultuosas e ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca, que não gostou nem um pouco de ser chamado de "sargento sem compostura".



"Carta falsa" atribuída ao candidato Artur Bernardes e que foi publicada pelo jornal carioca *Correio da Manhã*.

Artur Bernardes defendeu-se com veemência, negando a autoria da referida carta.

No dia seguinte, 10 de outubro, o mesmo jornal publicou uma segunda carta, também atribuída a Artur Bernardes, onde chamava Nilo Peçanha de “moleque capaz de tudo”.

A situação política pegou fogo, tornou-se um caos total.

Uma semana depois, Artur Bernardes viajou para o Rio de Janeiro – ele estava em Belo Horizonte – para ler sua plataforma de governo. Foi recebido com uma chuva de tomates e ovos podres. À imprensa, ao ser questionado sobre as tais cartas, respondeu apontando erros de gramática e dizendo: “Meu pai, português severo, nunca me permitiria coisas desse tipo.”

Para resolver a pendenga, o Clube Militar formou então uma comissão para realizar um exame pericial das cartas. No dia 13 de dezembro, os peritos Serpa Pinto e Simões Correia declararam que elas eram falsas. Porém, alguns dias depois, uma outra comissão declarava que Artur Bernardes fora o autor das tais cartas.

Apesar dessa encrenca toda, Artur Bernardes foi eleito presidente da República, em março de 1922, com 1.575.735 votos contra 708.247 dados a Nilo Peçanha.

Enquanto ocorria esse tremendo bate-boca eleitoral, em São Paulo um evento cultural importante se realizava: a Semana de Arte Moderna.

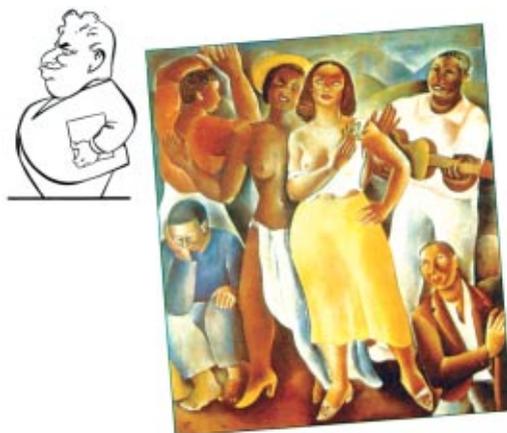
### 7.2. A Semana de Arte Moderna de 1922

No final do século XIX, havia um pensamento pessimista da intelectualidade brasileira em relação à gente brasileira. Deploravam nosso atraso, nossa inferioridade étnica, enaltecendo a raça superior, branca e européia. Isso era o reflexo das teorias raciais da época, que colocavam os brancos de olhos azuis como raça superior, principalmente as teoria do francês Gobineau, que foi embaixador de seu país no Brasil, durante a monarquia. Achava que a única pessoa digna com

quem se podia conversar assuntos civilizados era o imperador D. Pedro II. Além de imperador, D. Pedro II era branco e de olhos azuis.

A Primeira Guerra Mundial trouxe várias transformações para a sociedade como um todo; Cruz Costa escreve: “o espetáculo da Guerra e de suas trágicas conseqüências (...) nos levariam a novos rumos (...). A Guerra de 1914 confirmava a inferioridade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Demonstrava (...) que éramos capazes de improvisar várias indústrias. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra.”

A idéia de organizar uma Semana de Arte Moderna partiu do casal Paulo e Marinette Prado, fazendeiros de café, e do pintor Di Cavalcanti. A intenção era, como disse Paulo Prado, “assustar essa burguesia que cochila na glória de seus lucros.”



Di Cavalcanti e *Samba*

Durante as noites de 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, o público escutou músicas de Villa-Lobos, poemas de Manuel Bandeira e trechos de obras de Menotti del Picchia, Mário de Andrade e outros. No saguão do teatro foram expostos quadros de Anita Malfatti e Di Cavalcanti e esculturas de Vitor Brecheret. A conferência de Gra-

ça Aranha foi assistida com atenção e respeito. Até aí tudo ia bem e a burguesia ainda não se assustara, como dissera Paulo Prado. Porém, quando Oswald de Andrade, na segunda noite, disse: “Carlos Gomes é horrível”, o auditório veio abaixo, entre vaias, insultos e urros. O crítico Mário da Silva Brito conta que “Mário de Andrade não sabe como teve coragem para dizer versos diante de uma vaia tão barulhenta (...) Sérgio Milliet falou sob o acompanhamento de relinchos e miados.” No dia 18 de fevereiro, uma nota na “Seção Livre” do jornal *O Estado de S. Paulo* dava a medida dos acontecimentos desencadeados pelo evento: “Na última pagodeira da Semana Futurista foi preciso fechar as galerias para evitar que o palco se enchesse de batatas.”

Apesar dos tumultos e das manifestações da burguesia assustada, a Semana de Arte Moderna conseguiu acrescentar inovações e, conforme Alfredo Bosi, consistiu no “primeiro esforço concreto do grupo para sistematizar os novos ideais estéticos ainda confusamente misturados nas noites barulhentas do Teatro Municipal. Mas (...) permaneciam baralhadas duas linhas igualmente vanguardistas: a futurista (...), linha de experimentação de uma linguagem moderna aderente à civilização da técnica e da velocidade; e a primitivista, centrada na liberação e na projeção das forças inconscientes.”

“O modernismo foi, sobretudo, um deflagrador de movimentos, mais do que um movimento em si mesmo. Dele saíram várias correntes, alguns dos seus participantes deri-

varam para a ação política de esquerda, como foi o caso de Oswald de Andrade; outros, como Plínio Salgado, foram para a direita integralista.

E também foi muito importante por ter representado o fim da primazia da literatura sobre as outras artes. Pintores, como Portinari e Di Cavalcanti, tornaram-se mundialmente conhecidos. Também músicos, como o já citado Villa-Lobos.

A arte brasileira, enfim, começava a adquirir características próprias, decretando sua independência (com cem anos de atraso...)”

Alencar, F. e outros, *História da Sociedade Brasileira*, Ao Livro Técnico S/A. Rio de Janeiro p. 245.

### 7.3. Os Dezoito do Forte

O ano de 1922 estava bastante movimentado. Em junho, tropas federais sufocaram revoltas populares em Pernambuco; o marechal Hermes da Fonseca esperneava-se contra o governo enviando um telegrama ao comandante militar da 6ª Região Militar, sediada em Recife, insinuando para que ele não cumprisse as ordens enviadas pelo governo federal. Em certo trecho da mensagem, diz: “Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica.”

O ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras, questionou o marechal Hermes sobre o tal telegrama, mas ele nem deu bola e preferiu dirigir-se diretamente ao presidente Epitácio Pessoa. Confirmou a autoria da mensagem e, diante disso, o governo mandou prendê-lo; o Clube Militar foi fechado por seis meses.



Foto tirada pelo fotógrafo Zenóbio Couto da revista *O malho*, na qual aparecem dezenove militares e o civil Otávio Correia andando pela Avenida Atlântica para enfrentar as tropas legalistas. Como a foto abrangeu apenas 18 dos 19 rebeldes, o episódio passou a ser chamado de “Os dezoito do Forte”.

Os militares se alvorçaram, principalmente, no Rio de Janeiro. E não era uma manifestação de descontentamento. A conversa era derrubar o governo. Na opinião dos revoltosos, o Forte de Copacabana estava numa posição privilegiada e, por isso, a revolta deveria começar por ali.

Em 5 de julho de 1922, o Forte de Copacabana se revoltou, apoiado pelo Forte do Vigia e por alunos da Escola Militar. O Forte de Copacabana era comandado pelo filho do Marechal Hermes, o capitão Euclides da Fonseca. De madrugada, o forte disparou alguns tiros contra pontos estratégicos da cidade. O governo, tendo ao seu lado a maioria das Forças Armadas, cercou-o ao mesmo tempo em que dominava outros setores revoltosos, inclusive o Forte do Vigia e a Escola Militar.

Diante da reação das tropas legalistas, os rebeldes resolveram se render, menos o Forte de Copacabana. O ministro Pandiá Calógeras tentou entrar em entendimento por telefone na madrugada do dia 6. Os líderes, então, resolveram abrir os portões para quem quisesse aceitar o entendimento e se retirar: dos 301, saíram 272, restando apenas 29 militares. Os encouraçados São Paulo e Minas Gerais bombardearam o Forte. O ministro Calógeras telefonou mais uma vez e conseguiu um encontro com o capitão Euclides Hermes, que se-

guiu para parlamentar com o ministro, mas foi preso. Acabou o diálogo: ou os rebeldes se rendem ou serão bombardeados até o extermínio. Sob o bombardeio, o tenente Siqueira Campos decide combater as tropas legalistas fora do Forte. Com seu canivete, cortou uma bandeira brasileira em 29 pedaços, que entregou aos 28 militares presentes, guardando um pedaço para o capitão Euclides Hermes.

Começou a caminhada pela Avenida Atlântica; eram 28 rebeldes contra 3 mil legalistas, como se fora um duelo. Alguns debandaram. Próximo ao Hotel Londres, sobram 18. Um civil, Otávio Correia, atravessou a avenida, pegou uma arma e juntou-se aos revoltosos. Em seguida, a Avenida Atlântica foi sacudida pelo estrondo de armas atirando. Dos dezenove, apenas 10 continuaram caminhando, 9 militares e 1 civil. Outra carga de fuzilaria e todos caíram no chão. Mas dois deles estavam vivos: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Debelada a rebelião, o presidente Epitácio Pessoa solicitou ao Congresso Nacional que decretasse o estado de sítio no Rio de Janeiro.

Foi nessa confusão toda que Artur Bernardes tomou posse, no dia 15 de novembro de 1922. Mas a confusão só estava começando.

### Exercícios Resolvidos

01. (PUC-RJ) O movimento artístico-literário que mobilizou parcela significativa da intelectualidade brasileira durante a década de 1920 e procurou romper com os padrões europeus da criação tinha como propostas:

I – a tentativa de buscar um conteúdo mais popular para a problemática presente nas diferentes formas de manifestação artística.

II – a tentativa de recuperação das idealizações românticas ligadas à temática do índio brasileiro.

III – a valorização do passado colonial, ressaltada a influência portuguesa sobre a nossa sintaxe.

IV – a tentativa de constituição, no campo das artes, da problemática da nacionalidade, ressaltadas as peculiaridades do povo brasileiro.

V – a desvalorização da problemática regionalista, contida nas lendas e mitos brasileiros.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas I e V estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.

**Resposta: A**

02. (Fuvest-SP) Em 1922, as instituições republicanas sofrem importante abalo. O candidato oficial do Partido Republicano enfrentou forte oposição liderada pelo candidato dissidente, que promoveu intensa campanha popular por todo o País. Identifique essa dissidência e seu candidato.

- a) Civilista – Rui Barbosa.
- b) Militarista – Hermes da Fonseca.
- c) Reação Republicana – Nilo Peçanha.
- d) Salvação nacional – Pinheiro Machado.
- e) Federalista – Assis Brasil.

**Resposta: C**

## 8. Artur Bernardes

A década de 1920 foi marcada por vários acontecimentos que mudaram o cenário econômico e social do País. O café, principal produto de exportação, começava a apresentar o esgotamento de seu modelo exportador, aumentando cada vez mais seus estoques. Ao mesmo tempo, a Europa se recuperava da guerra e importava cada vez menos do Brasil outros produtos agrícolas, como algodão, couro, fumo, entre outros. No plano social, a classe média urbana havia crescido, como também o operariado. Ambos reivindicavam maiores direitos e olhavam a política café-com-leite como uma barreira aos seus anseios.

Culturalmente, a década de 1920 viu nascer novas formulações estéticas, cuja maior expressão foi a Semana de Arte Moderna de 1922. A partir daí, o modernismo passou a prevalecer nas artes e na literatura; surgiu a corrente verde-amarela e depois a antropofágica – eram expressões de um pensamento

urbano impondo-se ao mundo rural que havia prevalecido até então.

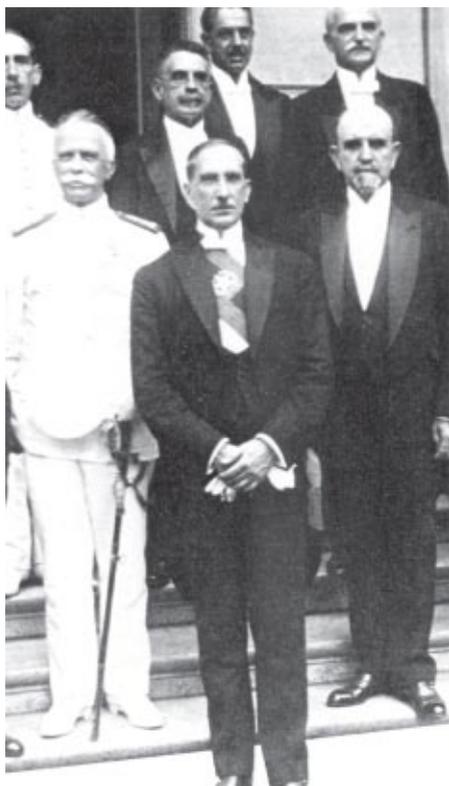
As camadas médias urbanas que participaram do movimento republicano do final do século XIX e do jacobinismo do início da república reapareceram, fortalecidas pelo crescimento provocado pela guerra e pelas crises da política café-com-leite.

O movimento operário, ativo desde o início do século XX, com intensa participação na greve de 1917 e apoiando a fundação do Partido Comunista em 1922, sofreu um refluxo devido à repressão desfechada por Epitácio Pessoa.

Neste contexto, a jovem oficialidade do Exército assumiu o papel de força política organizada em oposição às oligarquias. O tenentismo marcaria toda a década de 1920, expressando o descontentamento dos setores populares e médios com o conservadorismo da República do café-com-leite. E quem sofreria, praticamente, com todas essas pressões seria o presidente Artur Bernardes.

### 8.1. O Governo de Artur Bernardes e o Tenentismo

Artur Bernardes assumiu a Presidência em 15 de novembro de 1922 e, em seu discurso de posse, afirmou que *o presidente esquecerá as mágoas do candidato*. No entanto, a promessa não foi cumprida: dias depois mandou fechar o jornal *Correio da Manhã*, responsável pela publicação das famosas **cartas falsas**. E, de lambuja, mandou prender seu diretor, Edmundo Bittencourt.



*Artur Bernardes quando de sua posse, juntamente com os membros de seu ministério. Para chegar até aqui, foi uma verdadeira odisséia cheia de "trancos e barrancos" como os episódios da Reação Republicana, cartas falsas e revoltas militares.*

Em seguida, anulou os atos da Assembléia do Rio de Janeiro para forçar a vitória de seu candidato ao governo do Estado; mandou tropas para assegurar a derrota de seu ini-

migo político J. J. Seabra ao governo da Bahia. A sua bronca ainda não havia sido saciada: expurgou vários opositoristas do Congresso e desterrou outros para a Amazônia, inclusive militares. Tudo isso era possível graças ao estado de sítio.

Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, as coisas estavam ficando complicadas.

### 8.2. A Revolução Gaúcha de 1923



Borges de Medeiros quis perpetuar-se no governo do Rio Grande do Sul, através de várias eleições, pois a Constituição gaúcha não limitava as reeleições. Depois de muita luta, a situação foi normalizada pelo Acordo de Pedras Altas, que reformava a Constituição gaúcha, segundo a qual não seria mais permitida a reeleição.

Outro episódio que conturbou a presidência de Artur Bernardes foi a revolta rio-grandense de 1923. A Constituição gaúcha era a única do País que permitia a reeleição do governador, o que possibilitou a Borges de Medeiros governar o Estado por 25 anos. Nas eleições de 1922, as oposições se organizaram num movimento político chamado Aliança Libertadora, lançando a candidatura de Vital Brasil, que acreditava contar com o apoio do presidente Artur Bernardes, uma vez que Borges de Medeiros havia apoiado Nilo Peçanha durante a **Reação Republicana**.

As eleições foram conturbadas e Borges de Medeiros acabou vencendo... pela quinta vez consecutiva. No dia da posse de Borges de Medeiros estourou a revolta e durante oito



meses o Estado ficou dividido entre **mara-gatos** (federalistas ou libertadores), como eram chamados os aliados de Vital Brasil, e **chimangos** (ou **pica-paus**), elementos ligados a Borges de Medeiros.

Artur Bernardes procurou pacificar o Estado, através da intervenção federal, enviando o general Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, para negociar um acordo de paz. Assim, no dia 14 de dezembro de 1923, foi concluído o Acordo de Pedras Altas, pelo qual as partes beligerantes fizeram concessões recíprocas, ao mesmo tempo que ficou proibida a reeleição em qualquer nível executivo no Estado do Rio Grande do Sul.



*Na Revolução de 1923, ocorrida no Rio Grande do Sul, os partidários de Borges de Medeiros chegaram a contratar mercenários uruguaios para lutar contra o governo de Artur Bernardes. Isso não agradou a muita gente, inclusive ao governo brasileiro.*

Assim, mesmo sem vencer militarmente, os libertadores (ou maragatos) conseguiram impor todas as suas exigências, exceto a saída de Borges Medeiros, que cumpriu o seu quinto (e último) mandato.

### 8.3. As Revoluções de 1924

Desde o fracasso da Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922), permaneceu nos quartéis uma insatisfação que cresceu à medida que se sucederam as repressões e arbitrariedades feitas pelo presidente Artur Bernardes. O clima de revolta pairava no ar. Os militares passaram a se reunir para debater os acontecimentos e, ao mesmo tempo, partir para uma ação mais organizada. Em dezembro de 1923, a Justiça se pronunciou

sobre o julgamento dos rebeldes do Forte e da Escola Militar: foram acusados de pretender, pela violência, mudar a forma de governo e a Constituição do País. A expectativa era de anistia ou de uma acusação mais branda. Os militares concluíram que o Judiciário fora subserviente ao Executivo. Executivo significava Artur Bernardes.



*Casas situadas na Rua Tabatinguera, em São Paulo, atingidas pelo bombardeio feito pelas tropas do governo, que mobilizou 15 mil soldados. Os bombardeios causaram a morte de 503 pessoas, ferindo outras 4.864. O número não foi maior graças ao êxodo feito pela população.*

Os tenentes convidaram o general Isidoro Dias Lopes para chefiar o movimento contra o governo e São Paulo foi escolhido para sediar a revolução. A Força Pública, chefiada por Miguel Costa, aderiu ao movimento. Elaboraram um programa político de caráter liberal do qual constavam voto secreto, limitação das atribuições do Executivo, ampliação da autonomia do Judiciário e obrigatoriedade do ensino primário e profissional.

Entretanto, esse programa liberal não representava, na prática, uma ambição democrática. Os tenentes passaram a demonstrar um certo elitismo e (por que não?) um certo autoritarismo ao conceber a revolução como

uma missão **técnica** de uma vanguarda, no caso, militar. Conforme o historiador Lincoln de Abreu Penna, *“O programa concebido pelos seus líderes era vago. No fundo, acreditavam que os problemas originaram-se da mediocridade dos governantes e, para saná-los, impunham sua substituição. Não questionavam as estruturas econômicas, sociais e político-ideológicas, embora como movimento político afetassem essa ordem de coisas, logo fica descartada sua caracterização como movimento revolucionário. Integra-se, nesse sentido, a concepção salvacionista que estimulou a visão maniqueísta opondo militares a civis, portadores de todos os males, enquanto aqueles representavam a pureza tão necessária ao saneamento da República”*.

No dia 5 de julho de 1924, segundo aniversário da Revolta do Forte de Copacabana, eclodiu a Revolta Tenentista em São Paulo. As tropas rebeldes, compostas de soldados do Exército e da Força Pública de São Paulo, ocuparam vários redutos na cidade. Os bombardeios e tiroteios afugentaram a população, que abandonou os locais onde se travavam as batalhas, fugindo para o mato ou cidades vizinhas. Algumas pessoas, diante da confusão, aproveitaram para saquear lojas e armazéns. Enquanto isso, as bombas e as balas iam fazendo estragos.

E assim foi até o dia 27, quando as tropas legalistas cercaram a cidade e ameaçaram bombardear os redutos até a sua extinção. Diante disso, os rebeldes resolveram abandonar São Paulo e dirigir-se ao Paraná, onde se concentrariam em Foz do Iguaçu.

Com o objetivo de expandir a revolta tenentista, Isidoro enviou Juarez Távora ao Rio Grande do Sul para contatar os revoltosos gaúchos. A revolta gaúcha, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, havia começado em 29 de outubro, nas unidades militares sediadas em Santo Ângelo, São Luís, São Borja e Uruguaiana. Os objetivos principais dessa revolta consistiam em lutar contra Borges de Medeiros e desestabilizar o governo de Artur Bernardes.

Entretanto, as forças do governo, comandadas pelo general Flores da Cunha, mais numerosas e mais bem equipadas, conseguiram colocar em retirada os rebeldes, que foram se unir à coluna paulista em Foz do Iguaçu. Essa união entre as colunas paulista e gaúcha deu origem à Coluna Prestes.

### 8.4. A Coluna Prestes

A 11 de abril de 1925, gaúchos e paulistas se encontram em Foz do Iguaçu. O general Isidoro propôs o fim da luta e refugiar-se nos países vizinhos. Luís Carlos Prestes rejeitou a idéia e propôs: juntos, gaúchos e paulistas formariam uma só coluna, entrariam no Mato Grosso pelo Paraguai e emprenderiam uma grande marcha pelo interior do Brasil, praticando uma **guerra de movimento**. O objetivo seria manter ativa a revolução até a queda do governo. O plano foi aceito e o comando supremo foi entregue a Miguel Costa e todos formaram a Coluna Fênix, que, mais tarde, seria conhecida como Coluna Prestes.

No dia 27 de abril, a Coluna Prestes atravessou o rio Uruguai e entrou no Paraguai, rumo ao Mato Grosso. Estava começando a grande aventura que levaria três anos, percorrendo 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil. Porém, os rebeldes iriam se defrontar com um Brasil desconhecido, conforme escreve Jorge Amado em *O cavaleiro da esperança. Os homens que partiam do litoral civilizado, das grandes cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre, iriam se defrontar com o inimaginável. Sua primeira constatação é que desconheciam completamente o Brasil. (...) Davam-se conta agora de que essa revolta era absolutamente superficial para a profundidade dos problemas básicos do país*.



Paulistas e gaúchos, remanescentes das Revoluções Paulista e Gaúcha de 1924, encontram-se em Foz do Iguaçu, junto ao marco da fronteira Brasil – Paraguai. Daí em diante, juntos, deram origem à Coluna Prestes, que percorreria 25 mil quilômetros pelo interior do País.

A Coluna Prestes encerrou o movimento tenentista, pois se esgotaram seus objetivos políticos. Além disso, a partir de 1930 “*não havia mais condições históricas para ele prosseguir. Emergiam novas forças, particularmente ligadas ainda à pequena burguesia, mas também à classe trabalhadora, no campo e na cidade. No novo quadro histórico, o Tenentismo acabou. Tanto que alguns tenentes optaram pela esquerda, outros pela direita, outros pelo oportunismo e quase todos desapareceram. O Tenentismo morreu porque se haviam esgotado suas possibilidades históricas. Morreu de morte morrida, e não de morte matada. Ninguém o matou, ele morreu por si*”.

Sodré, N. W. *História Militar do Brasil*.

### 8.5. A Sucessão

O mandato de Artur Bernardes fora extremamente conturbado, espelhando as transformações ocorridas no pós-guerra, obrigando-o a governar sob estado de sítio. Em 1926, conseguiu uma reforma constitucional que lhe permitiu fortalecer o poder para fazer frente às revoltas que se sucediam. No mesmo ano, em São Paulo, foi fundado o Partido Democrático, uma cisão do PRP, resultado da crise da cafeicultura e pela marginalização de empresas exportadoras paulistas, como a Prado e Chaves, em benefício de grupos ingleses. Acrescente-se, ainda, que as cotas de embarque de café, estabelecidas pelo Instituto de Café de São Paulo, eram concedidas em maior quantidade às propriedades mais antigas, como as de Ribeirão Preto, servidas por maior número de ferrovias, prejudicando as novas lavouras,

afastadas dos terminais ferroviários.

Apesar desse quadro político e econômico complicado, as oligarquias do café-com-leite conseguiram apresentar seu candidato, o fluminense de Macaé Washington Luís, porém proprietário rural e político em São Paulo, onde fora vereador e prefeito em Batatais, deputado estadual, secretário da justiça, prefeito da capital e governador do Estado.

As eleições foram tranqüilas – uma surpresa – e Washington Luís tomou posse em 15 de novembro de 1926.

### Exercícios Resolvidos

01. (FCC-SP) A análise do governo de Artur Bernardes (1922-26) mostra:

- completa paralisação dos movimentos militares em São Paulo e no Rio Grande do Sul.
- total identificação de Luís Carlos Prestes com os ideais governamentais.
- intensa atividade política do tenentismo contra as oligarquias dominantes.
- diminuição crescente do envolvimento do proletariado em problemas sociais.
- grande esforço do governo para eliminar a estrutura oligárquica da República.

**Resposta: C**

02. (FCC-SP) A longa marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes, na década de 20, objetivava a:

- implantação de um regime de inspiração socialista moderada.
- separação dos estados meridionais, segundo os ideais de luta dos farrapos.
- transformação da Federação com a formação de um governo fortemente centralizado.
- reformulação dos costumes políticos submetidos aos interesses oligárquicos.
- revogação da sentença condenatória dos participantes da greve geral de 1917/18.

**Resposta: D**

### 9. Washington Luís

Em 15 de novembro de 1926, assumiu a presidência da República o candidato da política café-com-leite Washington Luís Pereira de Sousa. Fluminense de Macaé, descendente de políticos do Império, fez toda a sua vida política em São Paulo, começando como vereador em Batatais, até chegar a governador de São Paulo.

Sua plataforma política resumia-se no slogan: *Governar é abrir estradas*; esse interesse em abrir estradas vinha desde os tempos em que fora secretário da Segurança do Estado de São Paulo, quando incumbiu detentos da Delegacia de Vadiagem de reconstruir o antigo Caminho do Mar, estrada que ligava São Paulo a Santos.



Posse de Washington Luís – Na foto, Washington Luís já ostenta a faixa presidencial que foi passada por Artur Bernardes, postado à sua esquerda. Essa seria a última transmissão do cargo presidencial feita entre paulistas e mineiros, no contexto da política café-com-leite.

A sua posse, após desfilar pelas ruas do Rio de Janeiro em carro aberto, foi muito aplaudida. O povo, cansado de tantas encrencas e revoltas que marcaram o governo de seu antecessor Artur Bernardes, esperava melhores dias. No ar havia uma grande euforia: todos achavam que o novo presidente iria acabar com o estado de sítio, daria anistia aos presos políticos e possibilitaria maior liberdade, pacificando o País.

Entretanto, as coisas não foram bem assim, pois o presidente havia firmado com

promissos com o governo anterior de não rever certas prisões e, além disso, o Exército não iria aceitar o retorno dos revolucionários tenentistas aos seus quadros legais. Mas, pelo menos, o estado de sítio Washington Luís revogou. Não adiantou. A oposição, reforçada agora pelo Partido Democrático – fundado em 1926, durante o governo de Artur Bernardes – aumentou suas críticas ao governo, principalmente através dos jornais. O governo reagiu, reforçando a Lei de Imprensa.



Manifestação operária durante os conturbados anos da década de 1920. Destacou-se na liderança dos movimentos operários o BOC (Bloco Operário e Camponês), organizado pelo Partido Comunista. Contra suas atividades, o governo promulgou a Lei Celerada, que permitia a intervenção do governo nas entidades sindicais que atentassem contra a ordem e a segurança pública.

O operariado reiniciou suas greves e manifestações tendo à frente o Partido Comunista Brasileiro e o BOC (Bloco Operário e Camponês), fundado em 1926. O governo reprimiu com o aparato policial – diziam na época que a questão social era uma questão de polícia – e com uma nova legislação: a Lei Aníbal Toledo, ou Lei Celerada, como era mais conhecida. Promulgada em 1927, a Lei Celerada aumentou os poderes do governo na repressão ao operariado e aos comunistas, permitindo, inclusive, fechar organizações cujos atos fossem considerados lesivos ao bem público. Dessa forma, o Partido Comunista Brasileiro passou para a ilegalidade, onde ficaria até 1945.



Corisco, ou Diabo Loiro, o mais célebre lugar-tenente de Lampião, foi casado com Dadá e morto numa emboscada policial.

Enquanto isso, no Nordeste, ampliava-se o movimento conhecido como banditismo social: o cangaço. A valorização das terras, o coronelismo e a impunidade fizeram o cangaço se expandir por todo o Nordeste. Milhares de famílias foram expulsas de suas terras, coibidas pelos grandes latifundiários, para regiões mais áridas. A polícia, na maioria das vezes, era o instrumento dessa violência, manipulada pelos grandes fazendeiros.

Com o tempo, esses grupos de cangaceiros passaram a operar de modo independente, assaltando vilarejos e fazendas. O cangaço conheceu sua fase áurea entre os anos de 1919 e 1927, quando chegaram a atuar no sertão nordestino nada menos que 25 bandos.

Os mais conhecidos chefes cangaceiros foram Antônio Silvino e Virgulino Ferreira, conhecido como Lampião, sempre acompanhado de sua Maria Bonita.

Na economia, Washington Luís pretendia realizar uma reforma financeira. Com o ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, à frente do projeto, foi estabelecida uma taxa fixa de câmbio, quebrando o padrão oficial, que vinha desde 1846. A estabilidade da moeda seria garantida por uma **caixa de estabilização**, que podia emitir papel-moeda contra os depósitos-ouro do Brasil em Londres e Nova Iorque. Dessa maneira, Washington Luís pretendia evitar as freqüentes oscilações cambiais e incrementar as exportações. Como o

padrão estabelecido baixou o valor do mil-réis, a medida agradou aos cafeicultores, mas provocou uma reação de descontentamento nas camadas médias, pois elas consumiam produtos importados, que, depois dessa reforma, tiveram seus preços elevados. A bronca foi grande e essa medida passou a ser chamada de **câmbio vil**. Porém, a encrenca maior viria do exterior: a crise de 29.

### 9.1. A Crise de 1929 e a Sucessão

Em 1929, uma violenta crise econômica atingiu o sistema capitalista a partir do *crash* da bolsa de Nova Iorque. Uma baixa súbita e violenta no valor das ações negociadas na Bolsa levou várias empresas à falência e milhares de pessoas à miséria. A partir daí, a crise se espalhou por todo o sistema capitalista. Em São Paulo, cuja economia se baseava na exportação de café, passou-se a sentir os seus efeitos, pois o produto, já estocado às toneladas, aumentou ainda mais porque ninguém estava comprando. E a situação piorou por tratar-se de um produto dispensável, de **sobremesa**. Os grandes fazendeiros, impotentes diante da crise, assistiam desesperados ao acúmulo tanto das dívidas quanto dos estoques de café.



Milhares de pessoas procuram, nas agências de corretagem e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, notícias sobre a queda do valor de suas ações. Cerca de 15 bilhões de dólares desapareceram na famosa **quinta-feira negra**. O corretor Albert Gordon disse que, ao sair do escritório para ir para casa, teve que "caminhar pelo meio da rua, para que não caíssem sobre ele os corpos daqueles que haviam optado pelo suicídio".

*Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise, por meio da concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recursos às emissões, tendo em vista as dificuldades pelas quais passava o Banco do Estado. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou. Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Realizou-se um congresso de lavradores em fins de dezembro de 1929/janeiro de 1930, no qual o governo foi violentamente atacado. O Congresso tinha sido preparado não só pelo Partido Democrático como por todas as associações rurais, cujos dirigentes, em sua maioria, estavam ligados ao PRP, (...) os descontentamentos resultantes da crise mundial deixaram marcas em São Paulo. Se os democráticos já estavam na oposição, crescia o número daqueles que podiam até votar no governo, mas não se dispunham a jogar nele toda a sua sorte.*

FAUSTO, B. *História do Brasil*

Foi nesse contexto que se desenvolveu a campanha para a sucessão presidencial. Como já estava decidido, o sucessor de Washington Luís deveria ser um mineiro, atendendo assim à política café-com-leite. Surpreendendo a todos, o presidente resolveu apoiar, para a sua sucessão, o governador de São Paulo, Júlio Prestes. Washington Luís achava que Júlio Prestes, um paulista, daria continuidade à sua política de recuperação financeira.

Frustrado com a decisão presidencial, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, buscou o apoio dos gaúchos para articular uma candidatura de oposição, reproduzindo, em certos aspectos, o alinhamento político ocorrido em 1909. Após várias conversações e confabulações, a oposição lançou a candidatura de Getúlio Vargas para presidente e a de João Pessoa para vice-presidente. Dessa aproximação resultou a união política dos dois Estados na chamada Aliança Liberal, que recebeu apoio do Partido Democrático de São Paulo e de outros setores da sociedade, como classe média, operariado, comunistas etc. Enfim, era uma verdadeira “salada”.

O programa da Aliança Liberal refletia, em grande parte, os interesses e aspirações das classes dominantes regionais excluídas do núcleo cafeeiro e procurava sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção agrária em geral e não apenas o café; combatia a valorização artificial do café; propunha o voto secreto, reforma judiciária e uma legislação trabalhista.

As eleições foram realizadas em 1º de março de 1930 e saiu vitorioso Júlio Prestes, graças ao apoio e ao uso dos recursos da máquina eleitoral do governo. Essa vitória foi bastante contestada, desencadeando um profundo descontentamento nos setores oposicionistas.

Apesar de todos os problemas e da disputa acirrada entre os grupos envolvidos, o resultado das eleições parecia, no fim das contas, ter sido aceito. Borges de Medeiros, importante componente da Aliança Liberal, numa entrevista a um jornal carioca, afirmou que o Rio Grande do Sul estaria disposto a colaborar com o governo, caso fosse feito qualquer convite nesse sentido.

Por outro lado, alguns componentes afirmavam que através do voto nunca se mudaria nada no País, dado que as estruturas de poder estavam de posse das oligarquias dominantes. A única maneira para mudar seria por meio das armas. Esse fora o caminho trilhado pelos tenentes na década de 20 e foram derrotados. Quem sabe se agora a história seria outra?

*Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância por sua experiência militar e seu prestígio serem respeitados no interior do Exército. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de realizar-se. Já no curso da disputa eleitoral alguns contatos haviam sido feitos nesse sentido, mas os tenentes revelavam desconfianças. O balanço de suas relações com a oposição consentida era bastante negativo. Eles tinham sido utilizados para proveito próprio da oposição, sem nada receber em troca. Além disso, na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos: Bernardes, o*

*perseguidor da Coluna, que simbolizava todos os vícios da República; João Pessoa, promotor militar, acusador de muitos militares rebeldes; entre os jovens, vários deles, como Osvaldo Aranha, tinham-se destacado na luta contra as insurreições tenentistas no Rio Grande do Sul. Apesar dessas restrições, que aliás eram recíprocas, chegou-se a um acordo.*

Fausto, B. *História do Brasil*.

Entretanto, a conspiração revolucionária não deslanchava nem tomava nenhuma decisão efetiva. Foi, nessa época, que um fato inesperado aconteceu para tirar os militantes do marasmo e iniciar a dita revolução.

## 9.2. A Revolução de 1930

As condições para um evento revolucionário já existiam, como vimos, desde a década de 20. O fato que acendeu o estopim foi o assassinato de João Pessoa, candidato derrotado à vice-presidência pela Aliança Liberal, na Paraíba. O assassinato, cometido por João Dantas, um de seus adversários políticos, combinava motivos políticos e pessoais, mas, na época, decidiram falar apenas os motivos políticos, pois os pessoais poderiam “arranhar” a imagem de mártir, que seria usada mais tarde pelos revolucionários. Os motivos políticos remontam a quando João Pessoa fora governador da Paraíba e decidira canalizar as transações comerciais de exportação de algodão do interior da Paraíba, que eram feitas pelo porto de Recife, para portos da capital e de Cabedelo. Isso prejudicou as oligarquias paraibanas, inclusive a família Dantas. As divergências entre o governador e as oligarquias resultaram na Revolta de Princesa, reprimida por João Pessoa. Quanto aos motivos pessoais, decorreram da descoberta de cartas de amor trocadas entre João Dantas e uma professora primária, Anaíde Beiriz, no escritório de Dantas. O episódio tornou-se público e a família de Anaíde abandonou-a. Ela fugiu para Recife, onde acabou se suicidando. João Dantas foi preso e acabou sendo assassinado na cadeia.

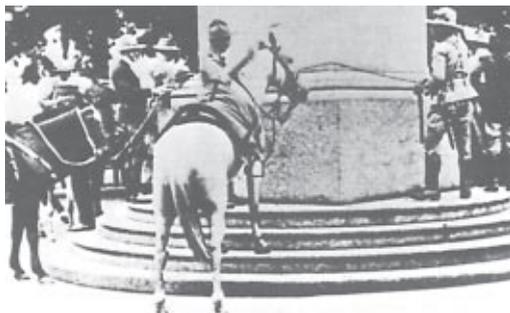
Esse fato, o assassinato de João Pessoa, portanto, passou a ser canalizado emocionalmente pelos revolucionários junto à população. Assim, em 3 de outubro, a revolução come-

çou, primeiro em Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, em seguida, houve a adesão de outros Estados. São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Bahia ainda apoiavam o governo.

No Nordeste, o movimento armado teve início na madrugada do dia 4 de outubro sob o comando de Juarez Távora. Antes que houvesse um choque entre as tropas revolucionárias e as tropas fiéis ao governo, em São Paulo, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, do Exército, e o almirante Isaías Noronha, da Marinha, depuseram o presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, constituindo, em seguida, uma junta provisória de governo.

*A junta tentou permanecer no poder, mas recuou diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do Sul. Getúlio Vargas deslocou-se de trem a São Paulo e daí seguiu para o Rio, onde chegou precedido de 3 mil soldados gaúchos. O homem que, no comando da nação, iria insistir no tema da unidade nacional, fez questão de fazer transparecer, naquele momento, seus traços regionais. Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco existente na Av. Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.*

Fausto, B. *História do Brasil*



Soldados gaúchos, da cavalaria, amarram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco. Representou, na prática, uma frase dita por Flores da Cunha durante a Revolução de 30: “Amarremos os cavalos gaúchos no obelisco da avenida”. Os cariocas não gostaram da brincadeira dos gaúchos.

### Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Em linhas gerais, a **Aliança Liberal** efetuada entre as forças políticas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, para as eleições de 1930, propunha a (o):

- a) aproximação política com as Forças Armadas para garantia de posse dos eleitos.
- b) necessidade de incentivo à produção nacional em geral e não exclusivamente à do café.
- c) reorganização administrativa para garantir o princípio federalista.
- d) voto qualificado a todos os brasileiros maiores de 21 anos.
- e) inclusão em sua plataforma de todas as reivindicações tenentistas.

**Resposta:** B

02. (Vunesp-SP) Entre os fatores que levaram à Revolução de 1930 no Brasil, podem-se assinalar:

- a) o assassinato de João Pessoa e a escassez do café.
- b) a crise de superprodução do café e os desentendimentos no alto comando da Marinha.
- c) a divisão política no Rio Grande do Sul e o fortalecimento da Paraíba.
- d) os problemas econômicos relacionados, principalmente, à superprodução do café e à crise política decorrente da sucessão presidencial.
- e) o acordo entre Washington Luís e Getúlio Vargas, possibilitando a fundação da Aliança Liberal.

**Resposta:** D

## Capítulo 03. A Era Vargas

### 1. O Governo Provisório

Em 3 de novembro de 1930, um mês depois do início da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas tomou posse como presidente provisório. Às 16 horas, os salões do Palácio do Catete estavam lotados de políticos, autoridades e *puxa-sacos* para assistir à cerimônia de posse.

O general Tasso Fragoso, membro da Junta Governativa, após um discurso no qual criticou severamente o presidente deposto Washington Luís, passou o governo para Getúlio Vargas, que anunciou o seu Ministério.

Conforme Leôncio Basbaum, *tal ministério não agradou a todos os líderes do movimento revolucionário, mas, é claro que, para contentar a todos os que se julgavam com direito a um posto no ministério, seriam necessárias pelo menos cem pastas. Não obstante, para satisfazer as reivindicações dos mineiros e dos gaúchos, (...) foram criados mais dois Ministérios: o da Educação, para o mineiro Francisco Campos (...), e o do Trabalho, Indústria e Comércio, para o gaúcho Lindolfo Collor.*

Dias depois, por uma Lei Orgânica, foram limitados os poderes discricionários de que se achava investido o Governo Provisório. A Constituição de 1891 continuou em vigor em sua maior parte. Entretanto, a limitação de poderes não correspondeu à realidade, pois o Congresso Nacional, os Senados Estaduais, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais de todo o País foram dissolvidos, ocasionando, dessa forma, uma extrema centralização do poder central. Os poderes Executivos estaduais e municipais foram preenchidos por meio de nomeações feitas pelo Governo Provisório, com interventores federais.

Para Juarez Távara, por sua participação revolucionária e seu prestígio, principalmen-

te no Norte do país, foi criada a Delegacia Regional do Norte. Seu poder ia do Espírito Santo até o Amazonas e, por isso, passou a ser conhecido como o **vice-rei do Norte**.



CALDEIRA, J. *História do Brasil*

Um dos aspectos mais marcantes do governo Vargas foi a política trabalhista, que tem como objetivo principal reprimir os esforços de organização da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e cooptá-la para dentro da órbita do governo. A partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos ao Estado e a criação dos juntas de Conciliação e Julgamento. Porém, essas reformas trabalhistas não chegaram ao trabalhador do campo. A conciliação que Getúlio fez com as oligarquias dizia da necessidade de se manter intocáveis as relações sociais no campo. Estava surgindo o chamado Estado de Compromisso.

#### 1.1. A Política Cafeeira

Com a superprodução e a crise econômica do capitalismo mundial, o café, principal produto de exportação, passava por uma de suas crises mais violentas. Milhares de toneladas estavam estocadas à espera de bom preço no mercado internacional. Entretanto, em razão da crise mundial, os preços baixavam cada vez mais.

Como o café era fator primordial para a economia brasileira, Getúlio Vargas criou, em 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC). Assim, uma das primeiras medidas do CNC foi a queima dos estoques, com o objetivo de reduzir a oferta e, conseqüentemente, aumentar a procura.

No entanto, o ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, foi contrário à medida e, por isso, foi substituído por Osvaldo Aranha. O novo ministro da Fazenda, por meio de emissões e impostos sobre a exportação, iniciou a destruição do excedente do café, pondo fogo e jogando-o ao mar. Ou, ainda, usando-o como combustível em locomotivas nas ferrovias brasileiras.



A política cafeeira de Getúlio Vargas impôs a destruição sumária do excedente de café. Além de toneladas de café terem sido jogadas ao mar, outras tantas foram utilizadas como combustível de locomotivas, no lugar do carvão. Pelo menos, o cheiro exalado pelas **maria-fumaça** melhorou.

Ao comprar o café excedente para depois destruí-lo, o governo injetava dinheiro na economia e, dessa forma, estimulava o consumo e, em contrapartida, a produção de artigos manufaturados. Em virtude das dificuldades em importar, por causa da depressão econômica após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, os industriais brasileiros procuraram ocupar esse espaço com a diversificação da produção. Isso foi fundamental para que o Brasil enfrentasse a crise e, assim, ter sido um dos primeiros países a se livrar dela.

Entre os anos de 1931 e 1937 foram destruídas cerca de 70 milhões de sacas de café. Ao mesmo tempo, o governo proibiu novas plantações por um prazo de três anos e incentivou o cultivo de novos produtos. Em 1933, o Conselho Nacional do Café foi substi-

tuído pelo Departamento Nacional do Café.

Os cafeicultores, apesar do apoio governamental, não estavam gostando da nova situação política.

### 1.2. A Revolução Constitucionalista de 1932

Ao mesmo tempo em que colocava em prática a sua política-econômica, Getúlio realizava, também, articulações para a elaboração de uma constituinte. Só que as coisas iam bem devagar. Enquanto isso, Getúlio continuava governando **provisoriamente**.

Foi do Rio Grande do Sul que partiu a campanha pela constitucionalização do País, recebendo rápida adesão de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A constitucionalização apresentava-se como arma muito propícia à luta das forças políticas regionais contra o Governo Provisório da Revolução.



Cartaz de convocação aos paulistas para se alistarem como voluntários. Formaram-se vários batalhões a partir dessa convocação: Batalhão Universitário, composto de estudantes; Batalhão Esportivo, de atletas, em que se destacava, no posto de sargento, o centroavante Artur Friedenreich.



A ofensiva das oligarquias estaduais iniciou-se em maio de 1931. No Rio Grande do Sul, o Partido Libertador e o Partido Republicano uniram-se para reivindicar que o País voltasse à legalidade. No Rio de Janeiro, fundou-se a Liga pela Constituição e pela Ordem. Em São Paulo, o PRP e o Partido Democrático, até então ferrenhos inimigos, uniram-se e formaram a Liga de Defesa Paulista.

Diante disso, Getúlio resolveu acelerar as providências e publicou, em 24 de fevereiro de 1932, o novo Código Eleitoral e o anteprojeto da Constituição. Pelo novo código, foram estabelecidos o voto secreto e o voto feminino, como também o voto classista, isto é, os sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores, elegeriam deputados que teriam os mesmos direitos dos demais parlamentares.

Os tenentes não gostaram disso e foram procurar Getúlio para pedir o adiamento de eleições, pois achavam que não era o momento adequado para a reconstitucionalização do País. Argumentavam que as mudanças estruturais de que o Brasil necessitava seriam frustradas por eleições imediatas, que apenas reporiam nos cargos a elite tradicional ou seus aliados.

As oligarquias, contudo, sentiam que essas discordâncias no governo poderiam facilitar seu movimento. O historiador Lincoln Penna afirma que os líderes *usavam-no* (o movimento) *para mascarar seu verdadeiro objetivo: fazer a revolução retornar aos princípios do velho federalismo*. E esse *velho federalismo* interessava muito mais aos cafeicultores de São Paulo, que já haviam conseguido uma vitória contra o tenentismo ao exigirem a substituição do interventor no Estado, o capitão pernambucano João Alberto, pelo paulista e civil Pedro de Toledo.

No dia 22 de maio, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, veio a São Paulo. Espalhou-se o boato de que ele viera impor um secretariado tenentista ao interventor Pedro de Toledo. Como conseqüência, uma enorme massa humana saiu às ruas para protestar.

No dia seguinte, o movimento cresceu, recebendo várias adesões, inclusive da Associação Comercial, que ordenou o fechamento de várias lojas, em sinal de protesto.



Cartaz solicitando a doação de ouro para financiar a revolução. Parte desse ouro, que não chegou a ser utilizado, serviu para construir um edifício, em São Paulo, no Largo da Misericórdia, cuja fachada é a bandeira de São Paulo.

A agitação ficou mais intensa na Praça da República, quando alguém lançou a idéia de atacar a sede da Legião Revolucionária, entidade tenentista, transformada no Partido Popular Progressista (PPP), dirigido pelo general Miguel Costa. Imediatamente, a massa humana convergiu para o prédio do PPP, tentando arrombar suas portas.

Porém, os legionários, que estavam armados, receberam os manifestantes à bala. A coisa virou um pandemônio: pânico, berros, correria, palavrões. A multidão dispersou-se na busca de um refúgio. Mas quatro dos manifestantes não correram – ficaram estendidos no chão, mortalmente feridos. Eram os jovens: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Das iniciais de seus nomes, surgiu o MMDC, entidade que teve uma participação preponderante na organização da revolução. Na surdina, o MMDC passou a angariar fundos para a compra de armamentos, e os doadores ficaram com seus nomes gravados no **Livro de Ouro**.

No dia 9 de Julho de 1932, eclodiu o movimento armado sob a liderança militar dos generais Isidoro Dias Lopes, de São Paulo, e Bertoldo Klinger, do Mato Grosso, que, apesar de ter sido destituído de suas funções pelo Governo Provisório, compareceu para participar do movimento armado. A liderança civil ficou com Pedro de Toledo.

Mas esse clima de euforia foi substituído, em seguida, por uma sucessão de fatos desastrosos. No Rio de Janeiro, prenderam Agildo Barata e quase todos os oficiais vinculados ao movimento. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha mudou de lado, passando a apoiar Getúlio Vargas. Minas Gerais, que se havia comprometido com uma “neutralidade simpática”, surpreendeu com uma hostilidade armada. Foi tão hostil que, do território mineiro, partiram, mais tarde, as tropas federais comandadas pelo general Góis Monteiro, para sufocar a revolta paulista.



O filho despede-se de seu pai, que parte para a frente de batalha como soldado constitucionalista.

Em meados de setembro, percebendo que o movimento se enfraquecia, apesar da luta renhida, o general Bertoldo Klinger enviou ao Governo Provisório uma proposta de armistício. No dia 29 de setembro, chegaram a um contato, mas não saiu o acordo. Muitos paulistas eram contrários a qualquer forma de acordo, mas toda resistência fora inútil. A guerra acabou: morreram 633 paulistas durante o conflito.

### 1.3. A Constituição de 1934

A 15 de novembro de 1933, Vargas instalou a Constituinte, que, a 16 de julho de 1934, promulgava uma Constituição de caráter conservador. Em relação às eleições presidenciais, o texto dispunha que elas seriam diretas. No entanto, para o primeiro quadriênio constitucional, a própria Assembléia elegeria o presidente.

No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, derrotando por boa margem de votos os dois outros candidatos: Borges de Medeiros e Góis Monteiro.

A promulgação da terceira Constituição em 1934 veio, assim, atender às pressões da opinião pública nacional, principalmente de São Paulo, que exigia do presidente Getúlio Vargas a legitimação do regime revolucionário de 1930.

A nova Constituição mudou completamente o equilíbrio estabelecido pela Constituição de 1891, aparecendo agora o Estado com funções de intervenção e controle do desenvolvimento econômico (direito de instituir monopólios, por exemplo), bem como controlar a vida social e política do País.



Plenário da Assembléia Constituinte de 1934. À esquerda, a Dra. Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher a ser eleita no Brasil para um cargo público, graças ao voto feminino.



Foi extinto também o cargo de vice-presidente da República. Além de admitir uma Câmara com representação de classes (sindicatos de empregadores e empregados – influência da Constituição italiana, já na época do Fascismo), a novidade desta Constituição é que ela continha um capítulo sobre a legislação trabalhista.

Nesse capítulo, ficou estabelecido(a) o(a):

- proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho por motivos de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- trabalho diário não excedente a oito horas, reduzíveis, mas prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- proibição do trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 anos e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e às mulheres;
- repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos;

- indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;
- permissão do voto feminino e a extensão do voto a todos os maiores de 18 anos.

A vitória de Vargas nas eleições indiretas de 1934 expressava muito bem o jogo político que ele vinha desenvolvendo: deixar que os **tenentes** se desgastassem, enfrentando as oligarquias, mas manter, enquanto fosse conveniente, o apoio de uns e de outros. E, de fato, observava-se um esvaziamento gradual do tenentismo. No novo Ministério, por exemplo, as pastas militares continuaram nas mãos dos **tenentes**, mas as demais foram distribuídas de forma a compor o governo federal com as oligarquias: Vargas precisava fazer-lhes concessões para estar bem com elas – pelo menos por enquanto.

Nas eleições para os Legislativos estaduais, em outubro do referido ano, os **tenentes** foram fragorosamente derrotados nos Estados ricos (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

## Exercícios Resolvidos

01. (Mackenzie-SP) O governo instalado com a Revolução de 1930 distinguiu-se do Estado Oligárquico por promover:

- a) o modelo liberal defendido pelo Partido Democrático, porta-voz da classe média paulista.
- b) uma economia exclusivamente agroexportadora e a descentralização das decisões econômico-financeiras.
- c) as reformas preconizadas pelos tenentes, sobretudo a partir de 1932.
- d) a industrialização, tendo como suporte o aparelho do Estado, as forças armadas e a aliança entre a burguesia e setores do operariado.
- e) o declínio do projeto de industrialização, devido aos conflitos entre capital e trabalho não mediados pelo governo.

**Resposta:** D

02. (Ufes-ES) ...*Fernando Henrique disse que o atual sistema de organização e funcionamento dos sindicatos é fascista e que precisa ser modificado (...). O presidente disse que (...) a organização dos sindicatos em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, foi inspirada nas idéias do fascista italiano Benito Mussolini.*

O Globo, 7/8/98

O texto se refere à reordenação do Estado Brasileiro no decênio de 30, com relação aos trabalhadores urbanos.

Explique as relações do Ministério do Trabalho com os sindicatos, no governo Vargas, quanto:

- a) à organização sindical;
- b) ao funcionamento dos sindicatos.

### Resposta

a) *Os sindicatos foram obrigados a se filiar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo definitivamente subordinados ao Estado durante o período conhecido como Estado Novo.*

b) *Os sindicatos eram praticamente órgãos oficiais do Estado, sujeitos à CLT, originando-se o **peleguismo**, mecanismo pelo qual se controlava as massas trabalhadoras, conforme os interesses do Estado e dos empresários.*

## 2. O Governo Constitucional

A crise de 29, iniciada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, gerou a grande depressão dos anos 30. O sistema capitalista ameaçava entrar em colapso no mundo ocidental. Se não bastasse a crise econômica e social, as estruturas políticas baseadas no liberalismo começaram a ser ameaçadas pelo avanço do comunismo e, em seguida, pela formação e expansão do fascismo. Ambos, apregoavam que eram a solução para a crise.

Na Itália, Benito Mussolini organizou o Partido Fascista embasado no glorioso passado italiano – o Império Romano e a Renascença – defendendo um programa que preconizava, conforme as palavras do próprio Mussolini: ... *uma nação contra os democratas que tornaram tudo medíocre e uniforme, tentaram sufocar e tornar silenciosa a autoridade do Estado. (...) A democracia tirou a elegância da vida das pessoas, mas o fascismo a traz de volta, isto é, traz de volta a cor, o pitoresco, o inesperado, o misticismo, enfim, tudo o que falta às almas da multidão.* Além do

autoritarismo, a doutrina fascista foi antiparlamentar, militarista, corporativista e anticomunista.

Na Alemanha, seguindo os mesmos passos de Mussolini, mas com uma competência muito maior, Adolf Hitler, que organizou o Partido Nazista, isto é, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, e por meio de eleições, conseguiu chegar ao poder em 1934. As burguesias e classes médias destes países deram total apoio a essa forma de governo, pois temiam o comunismo e os movimentos operários. Queriam sossego e, evidentemente, a manutenção da produção e dos lucros. E, tanto Mussolini como Hitler estavam conseguindo tirar seus países da crise. A ideologia e o sucesso na implantação de reformas econômicas, ao mesmo tempo que enaltecia o nacionalismo, levariam outros países, mais tarde, a assimilar o fascismo – total ou em parte – como sistema de governo, caso, por exemplo, de Espanha, Portugal, Polônia e Brasil, entre outros.



Adolf Hitler é cumprimentado pelo marechal Von Hindenburg, ao ser nomeado chanceler da Alemanha. Atrás, à esquerda, está o marechal Gøering. Devido à desunião das esquerdas, foi possível ao Partido Nazista ter a maioria dos votos. Dizem que, antes de nomear Hitler como chanceler, Von Hindenburg, que não gostava dele, comentou com um amigo: *Talvez um dia ele possa assumir um cargo nos correios, para lambar selos com a minha imagem.*

## 2.1. O Brasil e as Ideologias

*O liberalismo algemou o Estado Democrático com pesada cadeia das constituições e das fórmulas jurídicas estáticas... Estado impotente e ridículo da democracia liberal... O liberalismo enfraqueceu, castrou os seus governos... Todos os sofrimentos do mundo moderno se originaram num só defeito da grande máquina: a falta de disciplina... O mundo está agonizando por falta de autoridade do Estado.* Essas são palavras de Plínio Salgado, intelectual que participou da Semana de Arte Moderna de 1922, e responsável pela sistematização da Teoria do Estado Integral. Defendia a extinção do liberalismo, o corporativismo, o nacionalismo e tinha como lema **Deus, Pátria e Família**.

O fascismo brasileiro surgiu em 1930 com a fundação do Partido Fascista Brasileiro, feita pelo militar Afonso Rodrigues Filho. Em 1931, o tenente Severino Coimbra organizou a Legião Cearense do Trabalho e, no mesmo ano, apareceu em Minas Gerais a Legião de Outubro, tendo entre seus fundadores Francisco Campos e Gustavo Capanema. Em seguida, surgiram outros partidos fascistas em todo o território nacional.

Como a pluralidade partidária é contrária à doutrina fascista, todos os partidos e movimentos resolveram se fundir na chamada Ação Integralista Brasileira, que colocou Plínio Salgado como seu líder máximo. Oficialmente, a AIB tornou-se pública em outubro de 1932 com o lançamento do Manifesto de Outubro.

Em 23 de abril de 1933, Plínio Salgado, à frente de 40 pessoas, realizou a primeira marcha integralista em São Paulo. Em 1934, o integralismo, conforme seus dirigentes, teria cerca de 300 mil membros espalhados pelo País em 4 mil células. Na imprensa – conforme declaração de Plínio Salgado – os integralistas controlavam oito jornais, entre eles **A Ofensiva**, no Rio e **Ação**, em São Paulo, e mais de uma centena de publicações periódicas como **Panorama** e **Anauê!**. Como acontecia em todos os movimentos fascistas, havia um intenso uso de símbolos em uniformes, bandeira, hinos, marchas com estandartes. O símbolo que identificava o integralismo era o sigma, feito de maneira a parecer a suástica nazista, e seus membros saudavam-se com o brado **Anauê**, palavra tupi-guarani usada como cumprimento ou saudação. O uniforme tinha uma camisa verde, imitando os camisas-negras italianos e os camisas-pardas alemães; os adversários dos integralistas, devido à camisa verde, chamavam-nos de **galinhas verdes**.



Mulheres, com o uniforme integralista, fazem a tradicional saudação, acompanhada pela palavra **Anauê**. A braçadeira traz o sigma, emblema do integralismo, com a letra grega representando o somatório de todas as demais letras.

O crescimento do integralismo assustou muita gente, desde os democratas mais liberais, até os comunistas fanáticos. E os comunistas já tinham um exemplo, na Alemanha, da força das ideologias de direita. Em 1933, os comunistas alemães se recusaram a apoiar os social-democratas nas eleições para o Parlamento e, assim, acabaram facilitando a eleição de muitos nazistas, o que possibilitou a ascensão de Hitler ao poder.

Assim, a partir de 1934, os comunistas passaram a propor a formação de *frentes únicas*, com socialistas, radicais, liberais e quem mais desejasse combater o fascismo.

O ex-tenente e líder da Coluna Prestes, Luís Carlos Prestes, convertido ao comunismo, ao retornar de Moscou, procurou os remanescentes do tenentismo e propôs uma aliança, não só para combater o integralismo, mas também a política de Getúlio, na qual apareciam muitos elementos das velhas oligarquias. Em janeiro de 1935, Luís Carlos Prestes, na Câmara Federal, anunciou a criação da Aliança Nacional Libertadora que, em seguida, recebeu o apoio de várias facções da sociedade, como operários, estudantes, representantes da classe média e políticos liberais. O programa da ANL possuía cinco pontos fundamentais: governo popular, liberdade, proteção aos pequenos e médios proprietários, nacionalização das empresas estrangeiras e cancelamento unilateral da dívida externa. Sob imensa aclamação, um estudante, Carlos Lacerda – que mais tarde seria um importante político anticomunista – propôs Luís Carlos Prestes como presidente de honra da ANL.

Em pouco tempo, a ANL organizou cerca de 1.500 núcleos de militantes, e só no Rio havia mais de 50 mil adeptos. A capacidade de mobilização feita pelos aliancistas contrastava com as formas arcaicas de atuação dos políticos tradicionais.

Diante desses movimentos oponentes, o cenário político brasileiro ficava cada vez mais conturbado. O historiador Thomaz Skidmore afirma: *Muito significativo era o fato de que o Integralismo e a Aliança Nacional Libertadora*

*constituíam os primeiros movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica. Os componentes da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a revolução de 30, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora, tinham sido eclipsados por movimentos nacionais mais ambiciosos, mais disciplinados, de bases mais amplas e mais radicais.*

### 2.2. A Intentona de 1935

A ANL cresceu rapidamente, tornando-se um vigoroso movimento de massas, antepondo-se aos integralistas e ao governo de Vargas, acusado de autoritário e de ser de caráter antipopular. Discretamente, Getúlio aproximava-se dos integralistas, mas ao mesmo tempo não apoiava os aliancistas. Na verdade, isso demonstrava a grande habilidade de Getúlio em manipular os extremos, um contra o outro, produzindo na sociedade uma tremenda insegurança e receio ante uma política aberta como a que estava sendo praticada, numa época em que o liberalismo estava em baixa.

No dia 30 de março, o governo conseguiu aprovar uma lei de segurança nacional, a qual lhe dava poderes especiais para reprimir atividades políticas consideradas subversivas. Luís Carlos Prestes, muito confiante na força da ANL – ou, talvez ingênuo – em 5 de julho, comemorando o aniversário da revolta do Forte de Copacabana, pronunciou um violento discurso no Congresso, atacando Getúlio e clamando a necessidade de um governo popular, revolucionário e antiimperialista. Ao final do discurso, bastante inflamado, gritou a plenos pulmões: *Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!*

No dia 13 do mesmo mês, Getúlio respondeu aos gritos de Prestes: mandou a polícia invadir os escritórios da ANL e confiscou documentos que provavam que o movimento era financiado pela União Soviética. Em seguida, seus principais líderes acabaram na cadeia.



Agildo Barata, chefe do movimento comunista, no Rio de Janeiro, rende-se às tropas do Governo. Diz o jornalista Davi Nasser: *Não sei quanto tempo durou a revolução. Sei que lá pelas sete da manhã, quando eu já estava com sono, os remanescentes sublevados se entregaram e saíram de braços dados pela Av. Pasteur. Perto do quartel-general, onde eu fora pela primeira vez na vida um correspondente de guerra, alguém disse um palavrão – e todos os revolucionários riram. O velho Santana, um mulato risonho de Niterói, bateu a foto para a história. E, assim, acabou, em preto e branco, mais uma revolução brasileira.*

Thomaz Skidmore diz que ... *a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista. Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada, assassinando oficiais superiores, mas os rebeldes do Nordeste tinham falhado em coordenar o seu golpe com os conspiradores do sul. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi facilmente esmagada pelas forças do governo.*

A Intentona Comunista serviu para que Getúlio se fortalecesse mais ainda no poder. No dia 25, logo após a revolta feita em Natal, Getúlio enviou à Câmara uma mensagem solicitando a votação do estado de sítio, que foi aprovada. A partir daí, o governo aproveitou para jogar nas costas dos comunistas todas as desgraças do mundo, como por exem-

plo: a queda brusca no câmbio em Londres e Nova Iorque pelos agentes da III Internacional, a campanha do separatismo de São Paulo em 1932, campanha do ódio paulista ao nordestino, e da desagregação nacional, entre outras barbaridades. O plano para um golpe estava sendo elaborado. E os comunistas certamente seriam os culpados.

### 2.3. O Plano Cohen e o Golpe

Apesar do *Putsch* comunista e do estado de sítio, as eleições presidenciais, que deveriam ser realizadas em janeiro de 1938, mantiveram-se programadas. Em 1937, dois candidatos se apresentaram: Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo, candidato da União Democrática Brasileira, e o outro, José Américo de Almeida, antigo tenentista, considerado candidato do governo. Mas Getúlio não demonstrava apoio a nenhum candidato. Diante disso, os integralistas resolveram participar das eleições, indicando Plínio Salgado como seu candidato.

Enquanto isso, Getúlio elaborava com seus auxiliares e oficiais militares estratégias para um golpe. Em setembro, um de seus aliados militares, o general Góis Monteiro, apresentou um documento que dizia ser o plano de combate de uma revolução comunista. Apresentou uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, fabricada pelos integralistas e entregue a ele pelo capitão Olímpio Mourão Filho. O tal plano foi levado ao ministro da Guerra, general Dutra, e a Getúlio, que o aprovaram como pretexto para o golpe.

Os boatos sobre o possível cancelamento das eleições correram pelo país. Sales Oliveira decidiu apelar aos militares para que mantivessem a ordem e as instituições democráticas e também as eleições. Não adiantou. Conforme Thomaz Skidmore, *na sua transmissão radiofônica de 10 de novembro, Vargas explicou que o Brasil devia deixar de lado a “democracia dos partidos” que “ameaça a unidade pátria”. Descreveu o Congresso como sendo “aparelho inadequado e*

dispendioso”, cuja continuação era “desaconselhável”. O Brasil não tinha outra alternativa senão instituir “um regime forte, de paz, justiça e de trabalho”, concluiu o novo ditador, “para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país”. Para sublinhar o seu ponto de vista, Vargas anunciava, no mesmo discurso, a decisão do Brasil de suspender todos os pagamentos de juros e amortizações da sua dívida externa. Todos os partidos políticos foram abolidos a 2 de dezembro e começou a nova consolidação do poder federal.

Estava começando o Estado Novo.



Getúlio Vargas lê a proclamação do Estado Novo, no dia 10 de novembro de 1937, tendo à sua frente o marechal Dutra (à paisana) e Francisco Campos (de terno branco).

### 3. O Estado Novo

Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da Pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. Essas foram as palavras proferidas por Getúlio Vargas, num discurso ao país na noite de 10 de novembro de 1937 e no qual anunciava o início da chamada “nova ordem”. No mesmo dia, tropas da polícia – o Marechal Dutra, que apoiava o golpe, não quis enviar soldados do exército – fecharam o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as Câmaras Municipais e, em seguida, foi outorgada uma nova Constituição, elaborada por Francisco Campos, conhecido como Chico Ciência.

Conforme Boris Fausto, o regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava

### Exercícios Resolvidos

01. (FAAP-SP) *Batemo-nos pelo Estado Integralista. Queremos a reabilitação do princípio de autoridade, que esta se respeite e faça respeitar-se. Defendemos a família, a instituição fundamental cujos direitos mais sagrados são proscritos pela burguesia e pelo comunismo.*

Esse texto, pelas idéias que defende, é provável que tenha sido escrito por:

- a) Jorge Amado.
- b) Carlos Drummond de Andrade.
- c) Mário de Andrade.
- d) Oswald de Andrade.
- e) Plínio Salgado.

**Resposta:** E

02. O que foi o Plano Cohen?

**Resposta**

*Um plano forjado por alguns integralistas que apoiavam Getúlio Vargas, em que os comunistas pretendiam assassinar vários políticos e derrubar o governo. Apesar de falso, o plano serviu de pretexto para Vargas continuar no poder, criando um governo ditatorial, o Estado Novo.*



*o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio Vargas a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos.*

Em 2 de dezembro, Getúlio Vargas decretou a extinção dos partidos políticos inclusive da Ação Integralista Brasileira, que havia apoiado o golpe. Isso foi uma tremenda frustração para Plínio Salgado e seus seguidores, que pensavam em se beneficiar do golpe, já que os comunistas haviam sido eliminados.



Uma das cenas feitas na cartilha da DIP, enaltecendo o culto à personalidade de Getúlio Vargas, junto à juventude, ao mesmo tempo em que incentiva o nacionalismo.

Nem sequer foram chamados para compor o novo governo, bem próximo, na sua estrutura, de seu programa ideológico.

Getúlio não deu importância aos camisas-verdes. Eles não gostaram.

Em maio de 1938, um pequeno grupo de integralistas armados, apoiado por alguns militares anti-Vargas, liderado por Belmiro Valverde e Severo Fournier, atacou e invadiu o Palácio Guanabara, residência oficial do presidente. Dizem que parte da Guarda Presidencial colaborou com os atacantes, mas os soldados legalistas conseguiram ajudar Vargas e sua filha Alzira que, de armas em punho, atiravam contra os invasores. Agora,

Getúlio tinha a mesma justificativa para reprimir os integralistas que a que lhe havia sido dada pelos comunistas em 1935. Dessa forma, o último dos movimentos políticos nacionais que haviam surgido no principio da década de 30 acabava de ser reprimido. De agora até fins de 1944, o Estado Novo repousou no apoio das Forças Armadas, da polícia política e na desorganização e debilidade da oposição.



Getúlio Vargas retira uma nota de sua carteira e entrega ao garotinho que está no colo de seu pai. A cena, bastante divulgada na época, reforçava a imagem de "pai dos pobres", tão ao gosto do ditador.

Thomaz Skidmore diz que o *Estado Novo* era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. A despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal.

### 3.1. A Política Administrativa

Acompanhando a centralização política, a administração pública também foi centralizada a partir da criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), em 1938, órgão ligado à Presidência da República, incumbido de recrutamento de pessoal a partir da qualificação profissional. Diz Boris Fausto que na cúpula do aparelho buro-

crático, a maioria das indicações continuaram a ser feitas de acordo com as preferências do presidente da República ou de seus ministros para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes podiam ser demitidos a qualquer tempo.

Na mesma época, foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão de sustentação do regime, na medida em que elaborava e divulgava a propaganda oficial do governo, além de servir como órgão de censura. O DIP recebeu funções bastante extensas, indo da censura a todos os meios de comunicação até a divulgação das realizações do governo através da música, cartilhas e de um programa radiofônico, de âmbito nacional, chamado Hora do Brasil que, por sinal, está no ar até hoje. A repressão era feita pela Polícia Especial.



Getúlio Vargas no momento em que assinava o decreto que criava o cruzeiro, novo padrão monetário, substituindo o mil-réis. Infelizmente, o cruzeiro não teve uma história feliz, pois o Brasil nunca conheceu tanta inflação quanto nessa época do cruzeiro.

*Mas a confiança de Vargas nestes instrumentos – diz Thomaz Skidmore – emprestados do fascismo europeu, não era, em sentido algum, irreversível. Sabia muito bem que o espírito irreverente dos seus patrícios, principalmente o dos cariocas, visava o ditador. Vargas, mais tarde, explicou que, durante os anos de 1930 a 1945, “o anedotário do povo foi meu guia, indicando-me o caminho certo através do sorriso amável e do suave veneno destilado pelo bom humor dos cariocas.” Concluiu dizendo que foi este*

*‘respeito profundo à inteligência popular que criou a identidade de nossos espíritos e a comunhão entre a ação do governo e a vontade do povo’ (...). Os seus exasperados inimigos rotularam-no de ‘maquiavélico’. Essa denominação era exata; Getúlio Vargas também a teria achado lisonjeira.*

### 3.2. A Política Social e Econômica

A política social do Estado Novo caracterizou-se essencialmente pela legislação trabalhista e por uma política econômica nacionalista, intervencionista e protecionista.

A política trabalhista, iniciada com a criação do Ministério do Trabalho em 1931, teve continuidade com uma série de leis regulamentando as relações entre patrões e empregados. Os sindicatos tornaram-se dependentes, controlados pelo governo. Em 1940, foi criado o imposto sindical com o objetivo de financiar e sustentar os sindicatos. Era um pagamento anual feito pelos trabalhadores, correspondente a um dia de trabalho. Conforme Boris Fausto, *o imposto sindical deu suporte à figura do ‘pelego’*. A expressão deriva de um de seus significados: ‘pelego’ é uma cobertura de pano ou couro colocada sobre a sela de um animal de montaria para amortecer o choque produzido pelo movimento do animal no corpo do cavaleiro. A ideia de amortecedor se mostrou bastante adequada. ‘Pelego’ passou a ser o dirigente sindical que na direção do sindicato atua mais no interesse próprio e do Estado do que no interesse dos trabalhadores, agindo como amortecedor dos atritos.

Em maio de 1940, por meio de um decreto-lei, foi oficializado o salário mínimo e o país foi dividido em várias regiões com a finalidade de fixar o valor a ser pago, estabelecendo-se uma escala variável, de acordo com a região.

Em 1943, todas as leis trabalhistas foram compiladas na Consolidação das Leis Trabalhistas – conhecida como CLT – e que continua em vigor até os dias de hoje.

A política agrária, por meio de uma severa intervenção estatal, promoveu a diversificação da produção, incentivando a policultura

em decorrência das sucessivas crises ocorridas no café, principalmente após 1929. Foram criados vários órgãos de incentivo e controle, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Pinho e o Instituto do Mate. Em São Paulo, expandiu-se a produção algodoeira em substituição à do café.

A política industrial, iniciada logo após a Revolução de 30, teve um grande impulso no início da década de 1940, graças à Segunda Guerra Mundial. Desde 1939, Getúlio e Souza Costa, Ministro da Fazenda, preparavam um Plano Quinquenal, objetivando a construção de uma usina de aço, uma fábrica de aviões, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, estradas de rodagem e ferrovias.

Em 1940, manobrando politicamente entre Alemanha e Estados Unidos, Getúlio conseguiu um empréstimo de vinte milhões de dólares do governo americano, a fim de construir a Usina de Volta Redonda, possibilitando, assim, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, garantindo, dessa forma, o fornecimento e o controle da matéria-prima, isto é, o ferro, para a indústria pesada. O Brasil estava mudando.

### 3.3. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial

*Considerando que atos de guerra são praticados contra o continente americano; considerando que ao passo que o Brasil respeitava, com máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universal, aceitas do Direito Internacional, o navio de guerra brasileiro Taubaté foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha; considerando que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por este ato, o Governo alemão até hoje não cumpriu este compromisso; considerando que (...) unidades desarmadas da Marinha Mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afunda-*

*das (...); considerando que tais atos constituem uma agressão não provocada (...) decreta [que] os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondam pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas jurídicas ou físicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultam, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália.*



Entre as várias manifestações estudantis, destacaram-se as sátiras, como mostra a foto. Fantasiados de nazistas, juntamente com "Hitler", um negro – que é para humilhar mesmo – tenta enforcá-lo.

Com esse decreto, de março de 1942, o Brasil pendeu, definitivamente, para o lado dos Aliados, apesar de não significar que o Brasil entrava na guerra. O governo vacilava apesar de a Alemanha passar a torpedear navios brasileiros no Atlântico e até próximo ao litoral brasileiro. Em agosto de 1942, o governo decretou o "estado de beligerância". As manifestações populares aumentaram, exigindo que o Brasil entrasse na guerra. A UNE (União Nacional dos Estudantes) promovia passeatas, manifestações e atos públicos contra os países do Eixo, exigindo que o Brasil entrasse na guerra. O Partido Comunista – na ilegalidade – realizou a Conferência da Mantiqueira decidindo pela União Nacional em torno de Getúlio Vargas.



Capas da revista *O Cruzeiro*, conclamando mulheres para o esforço de guerra, como voluntárias e enfermeiras. A participação feminina na guerra foi bastante intensa, demonstrando o nacionalismo que a guerra provocou na população brasileira.

O Governo, porém, vacilava, adiando a decisão de entrar na guerra. Não só em face do despreparo militar, como pela existência de uma forte ala 'germanófila' no ministério. O próprio Vargas mostrara-se inclinado a uma aproximação com os alemães no célebre discurso de 11 de junho de 1940. Dutra, Góis Monteiro e Filinto Müller eram francamente favoráveis aos países do Eixo. Em 1940, Dutra queria declarar guerra à Inglaterra. E Francisco Campos, Ministro da Justiça, publicara, no mesmo ano, um livro que fazia aberto elogio a Hitler. Quanto ao general Góis, ainda em janeiro de 1942, opunha-se ao rompimento de relações com Alemanha e Itália. Mas lá fora, o povo fazia passeatas de protesto e seria precisamente uma manifestação de massas que iria precipitar a primeira crise de gabinete no Estado Novo: a 4 de julho de 1942, Filinto Müller tentou impedir que a UNE realizasse uma passeata antinazista. Favorável aos estudantes, Vasco Leitão da Cunha – ministro interino da Justiça – entrou em choque com o chefe de polícia. Müller interpelou-o rudemente, e foi

preso. O ministério entrou em crise. Lourival Fontes, Francisco Campos, Filinto Müller e Vasco Leitão demitiram-se de seus cargos. Solidificava-se, assim, a base do governo para o envolvimento na guerra. E Oswaldo Aranha, pró-aliado, via sua posição fortalecida no Ministério. (Nosso Século – Brasil. Abril Cultural).



Expedicionário despede-se da esposa, também voluntária, como se pode perceber pelo seu uniforme.

No mesmo ano de 1942, foi realizada a Conferência dos Chanceleres Americanos em que os países americanos romperam relações com o Eixo – exceção do Chile e da Argentina – e, em janeiro de 1943, foi formada a Comissão Mista de Defesa Brasil – Estados Unidos que, entre outros assuntos, acertou a permissão para a construção de bases militares norte-americanas no Nordeste. No mesmo mês, chegou a Natal o presidente norte-americano Franklin Roosevelt para um encontro com Getúlio, no qual foi sugerido a Getúlio que o Brasil fosse um dos membros fundadores das futuras Nações Unidas.

Em junho, começaram a se apresentar os voluntários para a formação de uma **força** expedicionária. Em seguida foi organizada a FAB (Força Aérea Brasileira) para participar também do conflito, juntamente com a FEB.



Por mais terras que eu percorra  
 Não permita Deus que eu morra  
 Sem que volte para lá;  
 Sem que leve por divisa  
 Este "V" que simboliza a vitória que virá. (...)  
 Nossa vitória final  
 É a mira do meu fuzil  
 A ração do meu bernal,  
 A água do meu cantil;  
 As asas do meu ideal,  
 A glória do meu Brasil!

Canção do Expedicionário – Guilherme de Almeida.



A Força Aérea brasileira foi criada em 1941 e no início do ano seguinte já realizava missões de patrulhamento no Atlântico, bombardeando submarinos alemães. Contribuiu para a campanha na Itália, combatendo juntamente com a FEB. A gravura mostra o símbolo usado pelos pilotos brasileiros em seus aviões.

Mas somente em julho de 1944 é que as tropas brasileiras desembarcaram na Europa. Os primeiros soldados, de um total de 25.534, desembarcaram no porto de Nápoles, levados pelo navio-transporte norte-americano *General Mann*.

As tropas brasileiras, subordinadas ao general Mark Clark, comandante do V Exército

norte-americano, participaram de várias batalhas em território italiano, ocupado pelas tropas alemãs.



A população de Massarosa congratula-se com soldados brasileiros, que acabaram de libertar a cidade da ocupação alemã.

Os principais combates fizeram parte das operações que tinham como objetivo romper a Linha Gótica e a Linha Gengis Khan que se estendiam pelos Apeninos, no vale do Pó.



O general comandante Otto Fretter Pico da 148ª Divisão Alemã rende-se à FEB, diante do Gen. Olimpio Falconieri. A 148ª divisão alemã, ao se render, tinha dois oficiais generais e 14.779 soldados, possuindo 80 canhões, 1.500 viaturas e grandes quantidades de munição. Atrás do general alemão, aparece o correspondente de guerra brasileiro Rubem Braga.

Após várias batalhas, como Camaiore, Monte Castelo, Montese, Colecchio, Fornovo, entre outras, as tropas brasileiras chegaram a Alessandria, a 60 km de Turim, e depois seguiram para Susa, próxima à fronteira ítalo-francesa. Em 2 de maio de 1945 foi encerrada

a campanha brasileira na Itália. Quatrocentos e cinqüenta e quatro soldados brasileiros ficaram na Itália. Mortos em combates foram enterrados no cemitério brasileiro de Pistóia. Em 5 de outubro de 1960, suas cinzas foram trazidas para o Brasil e colocadas na cripta do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no aterro da Glória, no Rio de Janeiro.

*“Eles vieram felizes, como  
Para grandes jogos atléticos...  
Marte, porém, soprava fogo  
Por estes campos e estes ares  
E agora estão na calma terra...  
São como um grupo de meninos num dormitório sossegado...  
Suas armas foram partidas  
Ao mesmo tempo que seu corpo...  
E as mães de muito longe chamam  
Entre as mil cortinas do tempo  
Cheias de lágrimas, seus filhos...  
Mas, com seus ouvidos quebrados  
Com seus lábios gastos de morte,  
Que não de responder estas crianças? ...  
Este cemitério tão puro  
É um dormitório de meninos...  
E as mães esperam que ainda acordem  
...depois... desta metralha e deste sangue.”*

Cecília Meireles, Pistóia, Cemitério Militar Brasileiro

### 3.4. A Redemocratização

À medida que os ventos da vitória passaram a soprar para os lados dos Aliados, Getúlio Vargas, uma velha raposa política, passou a se preparar para uma atmosfera política com ares democráticos. E isso não acontecia somente com ele. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos mineiros subscreveu um manifesto – o famoso *Manifesto dos Mineiros* – pedindo a redemocratização do Brasil. Em 1944, Getúlio ficou sabendo que oficiais estavam criticando o Estado Novo,

certamente pela situação estranha em que se encontravam: lutando pela democracia contra regimes nazifascistas quando, no Brasil, o regime se assemelhava ao nazifascista.

Diante desse cenário, Getúlio, em uma de suas falas à Nação, em 15 de abril de 1944, disse que “os brasileiros poderiam se declarar e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem.”

As Forças Armadas, pressionadas pela opinião pública, reviam sua posição, passando a encarar o retorno ao regime democrático como uma aspiração legítima do povo brasileiro e uma necessidade, dentro das novas condições da política internacional.

Contemporizando e usando o seu jogo de cintura, Getúlio discursou em um grande comício no dia 1º de maio de 1945, dizendo que sua missão estava cumprida. No dia 28 do mesmo mês, assinou decreto fixando a data para as eleições para 2 de dezembro de 1945. Ao mesmo tempo, libertou os presos políticos e permitiu a formação de partidos.

Organizaram-se, então, alguns partidos de âmbito nacional, surgindo como mais importantes: a União Democrática Nacional (UDN), que congregava os mais ferrenhos adversários de Vargas entre os industriais, banqueiros e profissionais liberais; o Partido Social Democrático (PSD), formado por representantes dos grandes proprietários e da grande burguesia (embora não fosse oficialmente patrocinado por Vargas, o PSD era representante das “novas oligarquias”, surgidas da atuação dos interventores junto às oligarquias tradicionais); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um partido de massas sustentado pelo vínculo então estabelecido entre Vargas e o proletariado urbano; o Partido Democrata Cristão (PDC); o Partido Social Progressista (PSP) e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O primeiro candidato a ser indicado para concorrer à presidência foi o ex-ministro da Guerra, General Dutra, pela coligação PSD/PTB. Em meados de agosto, a UDN formalizou a candidatura de Eduardo Gomes.



Entretanto, essa atmosfera democrática foi nublada tanto por agitações das esquerdas como manifestações vindas do próprio palácio presidencial.

Conforme o historiador Thomaz Skidmore, *um grupo de adeptos de Vargas começou um movimento no sentido de adiar as eleições presidenciais realizando, em lugar destas, eleições para a Assembléia Constituinte. O seu objetivo era 'redemocratizar' o Brasil sob os auspícios do ditador. (...) Os que desejavam que Getúlio continuasse como presidente, ou se declarasse candidato nas próximas eleições, foram denominados 'queremistas', devido ao refrão por eles usado: 'Queremos Getúlio'. O seu lema era 'Constituinte com Getúlio!' Salientando-se entre os líderes desse movimento, estavam membros do Partido Comunista, bem como lugares-tenentes de Vargas, como Hugo Borghi, que havia começado a organizar o Partido Trabalhista Brasileiro, ou PTB.*



Os políticos que formaram o PTB, aliados aos comunistas de Luís Carlos Prestes, formaram o movimento "queremista". Na foto, um comício queremista feito no Largo da Carioca, em agosto de 1945.

As atitudes dúbias de Getúlio, durante a campanha para as eleições de dezembro, generalizaram as suspeitas de que ele pretendia ainda encontrar um modo de continuar no poder. Os ânimos oposicionistas acirraram-se mais ainda a 25 de outubro, quando Vargas substituiu João Alberto Lins e Barros, chefe de polícia do Distrito Federal, por seu irmão Benjamin Vargas (Bejo). Ante o grande descontentamento político e militar, o general Góis Monteiro, ministro da Guerra, mobilizou o Exército contra Vargas, destituindo-o do poder a 29 de outubro de 1945. Terminado o Estado Novo, as eleições foram realizadas na data prevista, saindo vencedor o candidato da coligação PSD-PTB, general Eurico Gaspar Dutra.

### Exercícios Resolvidos

01. (FGV-SP) O Estado Novo (1937-45) surgiu com base em:

- a) um golpe de estado sob pretexto de combater o comunismo.
- b) uma manifestação popular de repúdio ao governo.
- c) um planejamento elaborado no exterior – a Operação *Brother Sam*.
- d) um desejo manifesto no Congresso Nacional pela Associação Democrática Rural.
- e) uma reunião de forças congregadas de elementos radicais da Igreja e do Partido Integralista.

**Resposta:** A

02. (Fuvest-SP) No dia 22 de agosto de 1942, Getúlio Vargas reuniu o Ministério para a declaração do estado de guerra com a Alemanha e a Itália. Uma das causas imediatas dessa medida foi:

- a) a crise econômica mundial iniciada em 1929.
- b) o ataque de submarinos alemães a navios brasileiros em 1942.
- c) o tratado firmado com a Inglaterra e os Estados Unidos, em janeiro de 1942.
- d) o rompimento, por parte da Alemanha, das relações diplomáticas e comerciais com o Brasil, em janeiro de 1942.
- e) o rompimento, por parte do Brasil, das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, em agosto de 1942.

**Resposta:** B





